

revista da
AdUFRJ

UMA PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFRJ >< ANO 1 >< NÚMERO 2



DOSSIÊ ORÇAMENTO

Desconstrução

Déficit galopante, redução dos repasses federais e histórica má gestão do patrimônio da universidade ameaçam conquistas da UFRJ

PÁGINAS 04 A 25

PÁGINA 26 × *Ensaio fotográfico revela a ilha que cerca o Campus*

PÁGINA 28 × *Artigo da professora Debora Foguel analisa o perfil dos alunos de Pós-Graduação*

PÁGINA 30 × *Reportagem desbrava o fantástico laboratório que simula marés e tempestades*



Ana Lucia Cunha



Ildeu Moreira



Roberto Medronho



Gustavo Camargo



Jane de Carlos Capelli



Carlos Eduardo Martins



Leda Castilho



Rodrigo Brindeiro



Giovana Xavier



Jeferson Lima



Carlos Vainer



Liv Sovik



Ronaldo Mohana



Geraldo Prado



Jessie Jane Vieira



Carmen Gabriel



Monica Lima



Soraya Silveira Simões



Fernando Santoro



João Menezes



Davis Ferreira



Monica Moreira



Angela Rocha



Fernanda Vieira



Ligia Bahia



Erica Polycarpo



Nadja Paraense



Beatriz Resende



Ericksson Rocha



Luiz Pinguelli Rosa



Fernando Zikan



Otavio Velho



Bruno Souza



Eleonora Ziller



Marcelo Corrêa e Castro



Flora De Paoli



Roberto Leher



Celina Maria



Cristina Miranda



Maria Fernanda Elbert

Adufrj

revista da

ANO 1 > < NÚMERO 2 > < OUTUBRO/2016

editorial

Inquiete-se

>> Fazer bom jornalismo é erguer pontes entre causas e consequências, entre a dura emergência da realidade e a etérea possibilidade de futuro. A segunda edição da Revista da Adufrj se esforça para cumprir essa missão. Em 22 páginas, oferecemos ao leitor um dossiê com reportagens e artigos sobre a crise orçamentária da universidade e seus efeitos na pesquisa, no ensino e na extensão.

Durante três meses, sete jornalistas e três articulistas mergulharam nos dados financeiros da UFRJ, ouviram especialistas e entrevistaram autoridades. Todos apontam para a mesma perspectiva sombria: se a universidade não reverter o ritmo de seu déficit, reduzindo despesas e reavaliando a gestão de sua receita, a maior — e a melhor, segundo o último ranking da Folha de São Paulo — instituição de ensino superior do país corre o risco de parar.

E aqui não se trata de parar como instrumento de protesto. Trata-se de falta de dinheiro para pagar os R\$ 48 milhões de conta de luz, de recursos para finalizar obras e de verbas para custear os quase cinco mil terceirizados. O resultado dessas contas que nunca fecham está retratado num endividamento galopante, como sinaliza artigo do professor Titular Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia.

Uma das soluções para frear os efeitos da crise é melhorar a relação com as fundações de apoio, como mostra artigo dos professores Associados Carlos Frederico Leão Rocha e Tatiana Roque.

Outra saída apontada pelos especialistas é encarar o patrimônio como fonte de receitas. A ideia ainda esbarra numa histórica má gestão do patrimônio da instituição, como revela reportagem sobre empresas que pouco ou nada desembolsam pelo uso de terrenos imensos da universidade, no Fundão.

A histórica falta de compromisso com os imóveis da UFRJ pode ser exemplificada com o antigo Canecão, tema investigado pelos jornalistas Kelvin Melo e Elisa Monteiro. Fechado há seis anos, o prédio se deteriora e apresenta aos cariocas uma face negativa da universidade: a de que ela não é capaz de cuidar de seus imóveis e de transformá-los em uma alternativa frente ao déficit orçamentário crescente.

Mas nem só de problemas tratamos aqui. Falamos também de espaços bem sucedidos da universidade, como o LabOceano. Um lugar espetacular, onde cientistas transformam 350 mil metros quadrados numa gigantesca miniatura de oceano.

O LabOceano é o retrato de uma pós-graduação sedimentada e empenhada em encontrar respostas que melhorem estrategicamente o país. Cada vez mais estudantes têm participado dos diversos programas da universidade, como mostra artigo de Debora Foguel, professora Titular do Instituto de Bioquímica Médica.

Para traduzir essa conexão entre a pesquisa e a sociedade, escolhemos mostrar o que cerca o campus do Fundão. O cotidiano dos pescadores, dos moradores da Vila Residencial, a natureza exuberante — embora mal cuidada — das margens da Baía de Guanabara... Imagens capturadas pelas lentes do experiente e sensível fotógrafo Fernando Souza.

Foram precisos quase dois séculos para construir os elos entre a universidade e a sociedade. Nas próximas páginas, apostamos na informação consistente sobre a crise que assombra o orçamento da UFRJ para ajudar a comunidade acadêmica a se inquietar e preservar seu maior tesouro — o conhecimento e sua incrível capacidade de erguer pontes para o futuro.

Boa Leitura.

As editoras,
Ana Beatriz Magno e Silvana Sá

expediente

A Revista da Adufrj é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

EDITOR RESPONSÁVEL:
Ana Beatriz Magno (DF 3976)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Renata Maneschy

FOTO DA CAPA: Elisa Monteiro

COLABORARARAM NESTA EDIÇÃO:
Adilson de Oliveira, Ana Beatriz Magno, André Hippertt, Aziz Filho, Carlos Frederico Leão Rocha, Claudia Ferreira, Debora Foguel, Deborah Trigueiro, Elisa Monteiro, Fernando Souza, Jean Forrer, Isadora Vilardo, Kelvin Melo, Lillian Durães, Robson Mathias, Silvana Sá, Tatiana Lima, Tatiana Roque

TRATAMENTO DE IMAGENS:
Ricardo Gandra

IMPRESSÃO: GrafMec
TIRAGEM: 5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Proibida a reprodução sem autorização formal dos editores. Venda proibida.

Entre em contato conosco pelo canalaberto@adufjrj.org.br.

ADUFRJ (www.adufjrj.org.br)

>> Presidente:
Tatiana Marins Roque
>> 1º vice-presidente:
Carlos Frederico Leão Rocha
>> 2º vice-presidente:
Fernando José de Santoro
>> 1º secretário:
Gustavo Arantes Camargo
>> 2º secretário:
Antonio Mateo Solé Cava
>> 1ª tesoureira:
Silvana Allodi
>> 2ª tesoureira:
Liv Rebecca Sovik

índice

6

orçamento
VEJA A DIFERENÇA ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA UNIVERSIDADE
POR SILVANA SÁ

16

preço de banana
ALUGUÉIS BARATOS REDUZEM CAPACIDADE FINANCEIRA DA UFRJ
POR ANA BEATRIZ MAGNO E AZIZ FILHO

20

patrimônio
CANECÃO: DE CASA DE SHOWS A DEPÓSITO DE ENTULHO
POR ELISA MONTEIRO E KELVIN MELO

23

fundações
ELAS PODEM DIMINUIR A DESIGUALDADE FINANCEIRA ENTRE AS UNIDADES
POR CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA E TATIANA ROQUE

24

no vermelho
ENTENDA A ESCALADA DO DÉFICIT DA UNIVERSIDADE
POR ADILSON DE OLIVEIRA

Dossiê com artigos, reportagens e dados debate o orçamento da universidade, detalha o custo da UFRJ, revela suas receitas e aponta soluções para a redução do gigantesco déficit que castiga a instituição

por Ana Beatriz Magno, Azíz Filho e Silvana Sá
× DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

bomba-relógio

O orçamento da maior universidade federal do país é uma bomba-relógio, de funcionamento complexo e prestes a colocar pelos ares o principal patrimônio da instituição: o conhecimento produzido dia e noite por 5.031 professores, 43.420 estudantes e 9.071 técnicos.

Com um déficit que corresponde a 42,6% de suas receitas e que deve alcançar a casa dos R\$ 283,3 milhões até o final de 2016, a UFRJ sofre com um desequilíbrio orçamentário galopante. Em 2013, as contas vermelhas somavam R\$ 5,3 milhões. Um ano depois, elas pularam para R\$ 62,7 milhões. Em 2015, saltaram para R\$ 121,4 milhões e mais que dobraram de lá para cá.

Ao longo das próximas páginas, o leitor verá que o combustível dessa conta que nunca fecha é formado por dois ingredientes básicos: a redução dos repasses do governo federal e a má gestão dos recursos próprios gerados pelo trabalho e pelo patrimônio da instituição.

Nossas reportagens e artigos não estão concentrados no corte orçamentário das universidades. Este é um tema recorrente na história do ensino superior do país e se agravou no governo Temer que, há três meses, ameaça a comunidade acadêmica com a edição de uma emenda constitucional que engessa os gastos públicos até 2036. Na mesma toada de arrocho, o Ministério da Educação já avisou que a previsão orçamentária para as universidades em 2017 é 15,2% menor que o orçamento de 2016.

Aflita com o cenário sombrio, a UFRJ já não se debruça apenas sobre estratégias de

pressão para reverter os cortes. Professores, alunos e técnicos procuram formas de reduzir as despesas e aumentar as receitas. Desde julho, o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores estão mergulhados sobre os dados da gestão universitária. As primeiras conclusões são assombrosas.

“A UFRJ não sabe gerir seu patrimônio”, analisa Adilson de Oliveira, professor Titular do Instituto de Economia e integrante do Conselho de Curadores. “A universidade nunca quis fazer essa gestão sob o pretexto de que isso seria abrir mão do patrimônio. Isso é um erro que pode nos levar para o abismo. Patrimônio não é estátua”.

Os ensinamentos do professor parecem óbvios, mas, na prática, as receitas da universidade estão paralisadas no tempo. O melhor exemplo vem dos alugueis. A universidade tolera que espaços gigantescos do Fundão, como os 300 mil metros quadrados ocupados pela Petrobras, sejam alugados por apenas R\$ 2,32 o metro quadrado, valor quatro vezes menor do que o de mercado. Pior é a situação da Bio Rio, fundação privada sem qualquer vínculo com a UFRJ e investigada pelo Ministério Público, e que não desembolsa um tostão pelos 156 mil metros quadrados que ocupa no campus.

“Precisamos encarar a incapacidade da universidade em gastar dinheiro para gerar investimento e reverter esse inacreditável processo. A informação é o melhor remédio contra essa bomba-relógio orçamentária”, reconhece Carlos Frederico Rocha, professor do Instituto de Economia e 1º vice-presidente da Adufrj.

DOSSIÊ ORÇAMENTO

A UFRJ acumulou um rombo de R\$ 121,4 milhões no orçamento em 2015 graças a uma combinação de contingenciamento de recursos, aumento dos gastos e investimento limitado na geração de receitas próprias.

Entenda o caminho dos recursos

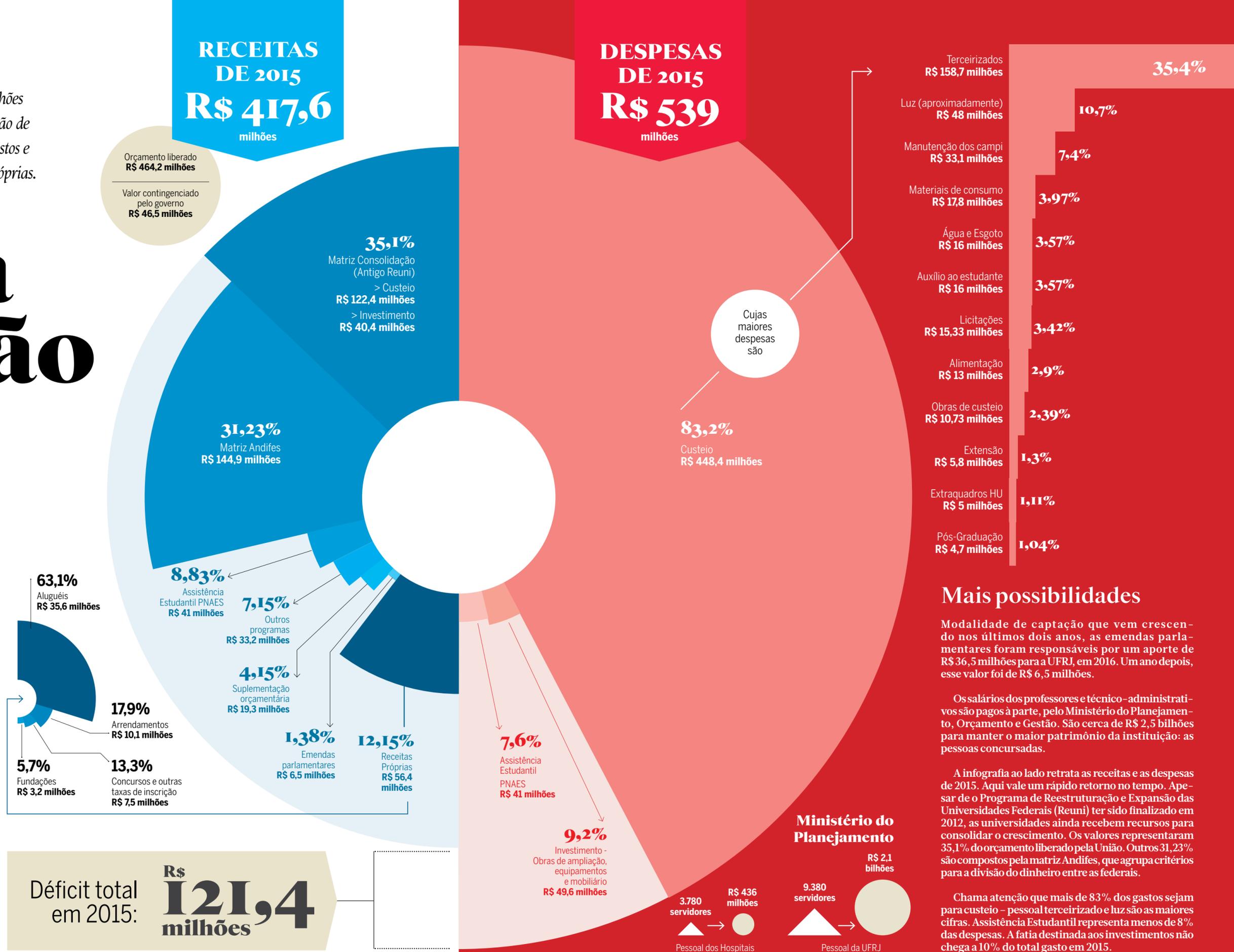
Conta que não fecha

por Silvana Sá
>> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

O orçamento da UFRJ é um grande e complicado quebra-cabeças com peças que nem sempre se encaixam. Grosso modo, pode ser comparado às nossas contas domésticas. Tanto um quanto outro podem ser divididos em dois grandes blocos: as receitas e as despesas. Para garantir o equilíbrio, o que sai não pode ser maior do que o que entra. Este é o "x" da questão financeira da universidade. A diferença entre o que a instituição recebeu e o que ela gastou em 2015 ultrapassou os R\$ 121 milhões. A estimativa para 2016 é que o déficit supere os R\$ 280 milhões. Há dois anos, ele era quase cinco vezes menor.

Todo ano, o governo federal repassa à universidade os recursos para a manutenção dos campi e para os investimentos. Com a rubrica custeio, são pagas despesas de luz, água, terceirizados, por exemplo. Em investimentos, estão as previsões para a compra de novos equipamentos, mobiliário, obras de expansão.

Outra fonte de recursos está dentro da universidade. As fundações de apoio administram contratos e convênios voltados, principalmente, à pesquisa. Parte do dinheiro é repassada para os projetos e outra para a universidade, gerando assim uma parcela de receita própria. Os aluguéis compõem outro importante bolo de recebimentos. Esse conjunto corresponde, no entanto, a apenas 12% do orçamento da instituição. Há ainda rendimentos com taxas de concursos e processos seletivos.



Fonte do Gráfico: Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças

INFOGRAFIA: ROBSON MATHIAS

Mais possibilidades

Modalidade de captação que vem crescendo nos últimos dois anos, as emendas parlamentares foram responsáveis por um aporte de R\$ 36,5 milhões para a UFRJ, em 2016. Um ano depois, esse valor foi de R\$ 6,5 milhões.

Os salários dos professores e técnico-administrativos são pagos à parte, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. São cerca de R\$ 2,5 bilhões para manter o maior patrimônio da instituição: as pessoas concursadas.

A infografia ao lado retrata as receitas e as despesas de 2015. Aqui vale um rápido retorno no tempo. Apesar de o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ter sido finalizado em 2012, as universidades ainda recebem recursos para consolidar o crescimento. Os valores representaram 35,1% do orçamento liberado pela União. Outros 31,23% são compostos pela matriz Andifes, que agrupa critérios para a divisão do dinheiro entre as federais.

Chama atenção que mais de 83% dos gastos sejam para custeio - pessoal terceirizado e luz são as maiores cifras. Assistência Estudantil representa menos de 8% das despesas. A fatia destinada aos investimentos não chega a 10% do total gasto em 2015.

Manter o funcionamento da maior universidade federal do país é um caríssimo quebra-cabeça de logística e gente.

Só a conta de luz custa R\$ 4 milhões por mês

por Silvana Sá

>> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

AUFRJ tem o tamanho de uma cidade pequena e administra dramas de uma cidade grande. A complexa combinação tem gerado, ano a ano, despesas maiores que as receitas. Um dos carrascos é o governo federal, agora mais carrasco do que nunca, com previsões orçamentárias decrescentes.

A universidade custa para o governo cerca de R\$ 3 bilhões. Parece muito, mas o valor é três vezes menor do que o Estado desembolsa para manter a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Em 2015, as casas gastaram mais de R\$ 9 bilhões. Somente as chamadas “despesas correntes” da

Câmara – equivalentes ao custeio da universidade – corresponderam a R\$ 911 milhões: mais que o dobro do que foi destinado para a UFRJ.

A comparação não mostra apenas que a instituição que mais produz escândalos de corrupção do país tem mais dinheiro do que a que mais produz doutores e mestres. Ela revela também as prioridades do Estado brasileiro e ajuda a compreender o triste cenário do custeio da universidade. A UFRJ é uma terra de contradições.

Laboratórios de última geração convivem com ameaças de roubo dos equipamentos. O

campus do Fundão fica numa ilha com apenas duas possibilidades de acesso, tem circulação diária de somente 65 mil pessoas, mas sofre com furtos, roubos e até homicídio.

Garantir a segurança das pessoas não é uma missão fácil. O Fundão é maior do que todo o bairro de Copacabana. Tem cinco milhões de metros quadrados e uma coleção de problemas de manutenção que vão desde contas de luz astronômicas, estudantes morando em barracas por falta de vagas no alojamento, até obras paradas e unidades acadêmicas, como o curso de Gastronomia, sem instalações próprias.

A falta de instalações não é apenas uma carência física. É também um drama acadêmico. A melhor Faculdade de Medicina do Brasil tem à sua disposição nove hospitais, mas nenhum com emergência.

São paradoxos assim por todo lado. Em 2008, o governo federal definiu que ampliar a universidade era prioridade política. Para democratizar o acesso, estimulou a criação de cursos noturnos. A UFRJ fez a ampliação e iluminou o campus para reduzir a insegurança das aulas da noite. Resultado, a conta de luz explodiu. O gasto médio mensal em 2015 foi de R\$ 4 milhões. “Topamos o desafio de expandir a universidade. Fizemos a nossa parte, mas Brasília não fez a dela”, reclama Roberto Gambine, pró-reitor de Finanças.

A previsão da reitoria é de que até o fim deste ano a UFRJ desembolse cerca de R\$ 55 milhões para o pagamento das despesas com energia elétrica. Para 2017, haverá um novo impacto: o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem hoje tem sua conta de luz paga com dotação orçamentária própria, mas o governo federal não manteve o compromisso para o ano que vem. Com isso, a expectativa é de que os gastos aumentem em R\$ 5 milhões. Uma perspectiva que eleva ainda mais o rombo nas contas da universidade.

O custo de um gigante

Drama da moradia

De todas as necessidades apontadas pelos novos estudantes da UFRJ, a mais urgente é, sem dúvidas, a questão da moradia. A universidade possui, desde a década de 70, um alojamento para abrigar alunos que residam longe do Fundão. O prédio tem 504 vagas, mas a falta de manutenção fez a reitoria fechar uma das alas para reforma, em 2013. A obra levou três anos para ser concluída e consumiu mais de R\$ 4 milhões.

Com o atraso das obras, a situação dos moradores do alojamento só piorou. Caroline Borges, estudante de Ciências Sociais, morou no prédio por um ano e meio. Ela relata as dificuldades de se viver no alojamento. “Adquiri, por conta da umidade, alergias que nunca tive. No período em que fiquei lá, presenciei três tentativas de suicídio. O que me impulsionou a sair, por fim, foi o assassinato do Diego (Vieira Machado, em julho)”.

A SuperEst anunciou recentemente um conjunto de parcerias com unidades de saúde da UFRJ para atender os alunos que precisem de acompanhamento médico, sobretudo psicológico e psiquiátrico. “As pessoas enlouquecem mesmo. É um lugar hostil”, diz Carolina.

Depois da trágica morte de Diego, uma série de ações vem sendo realizadas no alojamento. O Sistema de Bibliotecas e Informação criou uma sala de convivência e uma biblioteca. Uma vez ao mês são realizados cineclubes temáticos. “Mas são iniciativas das pessoas. A instituição abraçou depois da tragédia. Não se trata de uma ação preventiva, de política estudantil, de fato”, critica a estudante.



Quebra-cabeça: falta de ampla política de assistência estudantil adocece alunos

Soluções paralelas

Não há dúvidas de que a comunidade acadêmica deve cobrar do governo mais investimento na instituição. Mas é preciso buscar soluções paralelas que ajudem a reequilibrar o orçamento da universidade. “É preciso repensar os custos, diminuir as despesas”, aponta o professor Bruno Souza, conselheiro universitário.

Caso a universidade não encontre a peça certa desse quebra-cabeça, o déficit financeiro da instituição poderá se transformar em uma dívida social impagável. “Quando nossos alunos abandonam a universidade por falta de política estudantil, quando fechamos as portas por falta de dinheiro, estamos deixando de exercer nossa função social. Os prejuízos são enormes”, considera a professora Ângela Santi, da Faculdade de Educação. “Existimos para formar bem os nossos alunos”, completa a decana do Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Lília Pougy.

O expressivo crescimento da UFRJ, promovido pelo Reuni entre 2008 e 2012, gerou uma enorme demanda por assistência estudantil. De acordo com a reitoria, a universidade incorporou, em número de alunos, o tamanho da federal de Santa Catarina.

Passou de 25 mil estudantes matriculados em 2002 para 43 mil, em 2014.

“O nosso crescimento foi gigantesco, mas a expansão de vagas na graduação não acompanhou o necessário aumento de concursos para docentes e técnicos” destaca o pró-reitor, Roberto Gambine. “Tampouco são suficientes os recursos para cobrir as demandas da assistência estudantil”, completa.

Pouco depois de ingressar na política de expansão, a UFRJ passou a reservar vagas a candidatos de escolas públicas. O recorte definitivo do sistema de cotas – que inclui cor, renda familiar e a formação básica em escolas públicas – ocorreu quando a universidade deu adeus ao seu vestibular próprio para aderir ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2012. O resultado imediato foi a entrada de estudantes de todas as partes do país. A partir deste momento, as necessidades de moradia, transporte e alimentação explodiram na UFRJ.

Direito para poucos

Se, por um lado, os recursos para a infraestrutura da expansão chamam atenção, por outro, é escasso o montante destinado à assistência. A procura por políticas de permanência é muito maior que a capacidade de atendimento da universidade. Em 2015, a área representou apenas 7,6% das despesas da instituição.

De acordo com dados da Superintendência Estudantil, somente 700 alunos conseguiram bolsas de acesso e permanência dentre os 3.348 que se inscreveram só no primeiro semestre de 2016. Desse total, 3.255 estavam dentro dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação – pos-

suíam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. “É uma realidade absolutamente chocante”, lamenta a superintendente da pasta, professora Vera Salim.

Para este ano, a previsão orçamentária da SuperEst era de R\$ 50 milhões. O orçamento autorizado pelo governo federal via Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi de R\$ 46 milhões. Com o contingenciamento dos recursos, as verbas caíram para R\$ 34,7 milhões. As emendas parlamentares garantiram uma complementação de R\$ 4,3 milhões. A soma desses recursos permite à UFRJ atender, no acumulado, um total de 2.110 estudantes. Mil a menos que a procura semestral.

Explosão de terceirizados

Outra situação dramática na UFRJ é a dos funcionários terceirizados. Os números são de assustar. Em 2010, a universidade possuía 871 terceirizados. Em apenas quatro anos esse número pulou para 5.071. Um aumento de quase 600%. Hoje, esse conjunto de trabalhadores representa para a instituição um custo anual de R\$ 158 milhões. Mais de 35% da verba de custeio de 2015 foi utilizada para pagamento de pessoal.

A reitoria apresentou ao Conselho Universitário um redimensionamento de contratos para diminuir o impacto da terceirização no orçamento. Dentre as medidas, está a redução de R\$ 14 milhões em vigilância e R\$ 10 milhões em limpeza. Uma economia média de 23%. “Na prática, isso significa dispensar trabalhadores”, critica Terezinha da Costa, funcionária terceirizada de limpeza e diretora da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrij).

Desde o fim de 2014, a universidade enfrenta problemas para conseguir manter o pagamento em dia às empresas que prestam serviços, sobretudo de limpeza



e vigilância nos campi. Em 2015, o início do ano letivo foi atrasado em três semanas porque os profissionais de serviços gerais estavam há três meses sem salários e pararam de trabalhar. Os de segurança e portaria também foram atingidos.

A administração central culpa o contingenciamento das verbas de custeio, a extinção de cargos para concursos e a falta de fôlego financeiro das empresas que deveriam, contratualmente, manter os pagamentos em dia mesmo com 90 dias de atrasos de repasses. As empresas culpam a universidade pela má gestão do orçamento. Os trabalhadores responsabilizam ambos.

“É claro que nós defendemos também a abertura de concursos para resolver esta questão da terceirização. Mas, não é justo que essa conta seja paga pelos trabalhadores”, alega a dirigente. Para Terezinha, parte das empresas age de má fé ao vencer licitações para as quais não são especializadas ou não possuem a estrutura exigida. “Muitas somem do mapa e deixam os trabalhadores sem salários, sem direitos”.

Uma alternativa defendida pela Attufrij é que a universidade estude a contratação de cooperativas de trabalhadores para fugir dos contratos com firmas terceirizadas, já que a reabertura de concurso para cargos extintos ainda não é uma realidade possível. Até agora, no entanto, não houve nenhum movimento da reitoria nesta direção.

Hospital doente

Apontado como um ícone de gestão pouco eficiente na universidade, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no Fundão, tem uma história de muitos desperdícios. Inaugurado em 1978, a gigantesca estrutura de 15 andares e 220 mil metros quadrados funciona desde então pela metade. Anos antes de sua inauguração, a Comissão de Implantação do hospital decidiu que ele só ocuparia 110 mil metros quadrados. Era o início da conhecida “perna seca” do prédio.

A degradação da ala que nunca foi utilizada por pacientes nem pela comunidade acadêmica fez a reitoria tomar, em 2010, uma decisão drástica: implodir a metade vazia do hospital para evitar que todo o prédio viesse abaixo. O custo dessa operação superou os R\$ 8 milhões. Seis anos depois, a construção da parede para fechar a fenda aberta pela implosão tem o custo estimado de R\$ 6 milhões.

Criado para ter mil leitos, o hospital possui menos de 250, atualmente. Embora haja 11 funcionários para cada leito, a administração do hospital alega falta de pessoal para abrir mais vagas à população. Outro problema histórico são os profissionais extraquadro. Eles correspondem a aproximadamente 700 trabalhadores sem qualquer vínculo empregatício formal com a unidade. Alguns estão no hospital há mais de 20 anos. Segundo dados da Pró-Reitoria de Planejamento, o custo aproximado desses trabalhadores é R\$ 2,5 milhões por mês. Até o ano passado, era o hospital que custeava a maior parte desse pagamento.

Fatia gorda: pagamento de terceirizados corresponde a 35% das verbas de custeio

Desperdício histórico: hospital do Fundão perde dinheiro desde que foi inaugurado

FOTOS DE FERNANDO SOUZA



Sete obras paradas,
sete em andamento,
85% delas atrasadas,
colocam em xeque a
capacidade da universidade
de transformar recursos
financeiros em patrimônio

Canteiros de encrências

por Isadora Vilardo
>> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

go dos anos, algumas foram terminadas. Outras tiveram seus prazos prorrogados indiscriminadamente. Outras se transformaram em esqueletos adormecidos no Fundão, como o caso do novo alojamento estudantil paralisado desde 2015.

Obras param, mas seguem consumindo recursos. Construções inacabadas são caras, alerta Pablo Benetti, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. “Parar uma obra gera muito mais gastos, porque ela vai se deteriorando”, explica Benetti. “A universidade precisa lidar com o planejamento de longo prazo, mas nosso orçamento é anual, o que prejudica os cronogramas”, completa o docente.

“Quando há licitação, não existe uma obrigatoriedade legal de que a universidade possua a totalidade da verba para o contrato”, explica Benetti, que foi coordenador do Plano Diretor UFRJ 2020. Pela lei, basta que a instituição disponha de recursos para o ano da contratação. Cabe ao governo federal se comprometer com o repasse do ano seguinte, o que nem sempre acontece.

Um dos tristes resultados disso é a ausência da Biblioteca Unificada do Centro de Tecnologia. Iniciada em 2011, a construção se transformou num imenso esqueleto de ferro e concreto ao lado do belo hall do CT. Ao todo, a ruína já consumiu R\$ 3 milhões dos cofres da UFRJ, 26% do orçamento previsto. O pró-reitor de Gestão e Governança, Ivan Carmo, reconhece que não há recursos para concluir os trabalhos e afirma que a reitoria procura soluções.

Arquiteto formado na UFRJ, técnico concursado há 30 anos, o pró-reitor justifica que o problema da execução das obras está na complexidade dos contratos, feitos pela própria instituição. “São projetos pensados em uma época de muitos recursos, mas na situação atual, de poucas verbas, são muito difíceis de serem realizados”, analisa.

Ter gente para gerenciar essa multiplicidade de canteiros de encrências é outro entrave enfrentado pela universidade. “Não temos um corpo técnico suficiente para gerir o volume de obras atual”, aponta Pablo Benetti. Ele responsabiliza também a burocracia jurídica que vai, segundo ele, na contramão da cultura da engenharia nacional.

Todo mundo que já fez uma obra em casa sabe. Interromper a construção não acaba com a sangria do dinheiro. Muito pelo contrário. Com a universidade não é diferente. Obras inacabadas ou atrasadas custam muito mais caro para a instituição, o que, em momentos de crise financeira como agora, não parece nada recomendável. Hoje, das 14 obras que existem nos campi, sete estão paradas. Cerca de 85% atrasadas. A explicação para esse desempenho exige uma volta no tempo.

A chuva de recursos recebidos pela UFRJ entre 2008 e 2012, por ocasião do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), fez a UFRJ abrir mais construções do que sua capacidade de administrá-las. Ao lon-



Sol a sol: obra do telhado da Biblioteca da Escola de Belas Artes é uma das que têm recursos previstos para este ano



Anos de espera: prédio que abrigará a Faculdade de Educação e cursos do CCJE está longe de ser concluído

Obras que seguem

Fazer reformas em uma universidade é muito mais complicado do que abrir canteiros de obra no meio da rua. Elas impactam a rotina acadêmica da instituição. É o caso do histórico prédio da Escola de Música, no Centro da Cidade, em reformas desde 2014. Parte das atividades foi transferida para um prédio anexo na própria Lapa. Outra parte passou para as torres do prédio comercial da universidade, na Avenida Chile. Previsto para ser concluído em setembro deste ano, o contrato terá um novo termo aditivo que prorrogará o prazo de entrega da obra em, pelo menos, mais dois meses.

Há também a questão da transferência de alguns cursos para a Cidade Universitária, como a Educação, situada na Praia Vermelha. O complexo acadêmico que está sendo preparado ainda está distante da entrega, mas a atual fase do contrato será concluída em outubro, segundo a reitoria. A próxima etapa ainda deverá ser licitada. A obra começou em 2011.

O prédio do Instituto de Matemática é um exemplo desse tipo de imbróglio. A construção começou em fevereiro de 2010, mas em 2013, com 85% do edifício concluído, foi interrompida por uma investigação do Tribunal de Contas da União. Walcy Santos, diretora do Instituto, explica: “Havia erros no projeto inicial que forçaram a universidade a pedir já no primeiro termo aditivo o máximo do valor liberado por lei”.

O TCU liberou a continuidade da edificação somente em março deste ano, mas como não havia previsão orçamentária, a construção só será retomada em 2017. “A reitoria já afirmou que a obra é prioridade, então estamos confiantes que até 2018 estaremos instalados no novo prédio”, diz a diretora.

Quem paga a conta?

Outro ralo de dinheiro na rubrica obras são as soluções temporárias. Um bom exemplo vem da Faculdade de Educação. Em 2009, os professores aceitaram acordo para a mudança de campus - da Praia Vermelha para a Cidade Universitária, sob uma condição: melhores condições de trabalho. Por enquanto, a comunidade experimentou apenas a piora. No ano passado, o curso teve que desocupar do Palácio Universitário por conta de infiltrações no telhado.

“Havia água no meio das salas, e acabamos perdendo material e equipamento”, conta Rosana Heringer, vice-diretora da Faculdade de Educação. “Ficou inviável permanecer no Palácio, e transferimos nossas aulas para os módulos alugados na Praia Vermelha”.

Esses módulos na realidade são contêineres, solução provisória que a universidade vem adotando para compensar a morosidade das obras. Só na Praia Vermelha já foram desembolsados R\$ 6 milhões para custear a transferência das salas de aula para módulos.

O transtorno da solução temporária convive com três anos de esperança de mudar para o prédio novo, ao lado da Faculdade de Letras, mas também com uma certa descrença. “Não podemos esperar o Fundão”, declara Heringer. “Estamos reocupando aos poucos o Palácio, conforme as áreas são reformadas”, informa a Rosana, lembrando que a previsão era de que obra ficasse pronta em 2013.

“Essa política de pouco repasse de verbas e dificuldade jurídica acaba criando a sensação de que a gestão pública não é capaz de fazer bons projetos de arquitetura e engenharia, e isso não é verdade”, defende-se o professor Pablo Benetti.



FOTOS DE FERNANDO SOUZA

Retrato do abandono: esqueleto do novo alojamento estudantil, iniciado em 2011, se degrada com o tempo

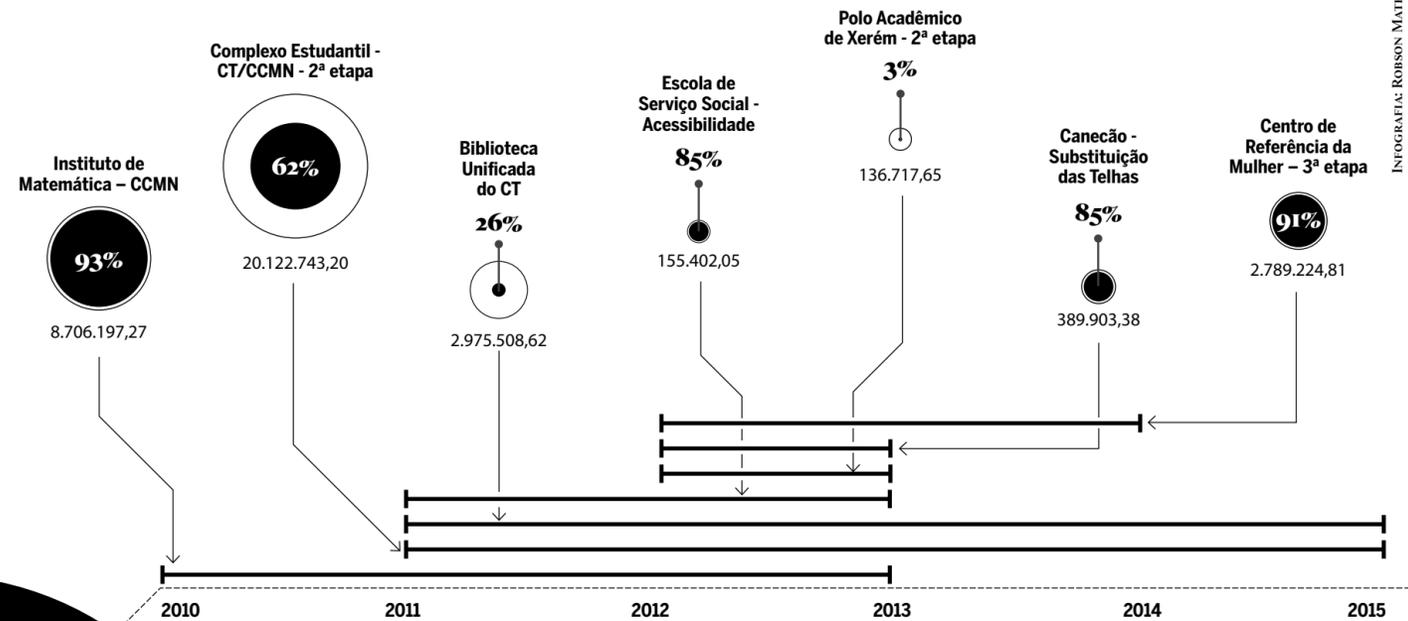
Obras paradas

São sete obras interrompidas. A mais antiga é a construção do prédio do Instituto de Matemática, que foi parada em 2013 por suspeita de superfaturamento. O contrato foi auditado no Tribunal de Contas da União e liberado em março deste ano.

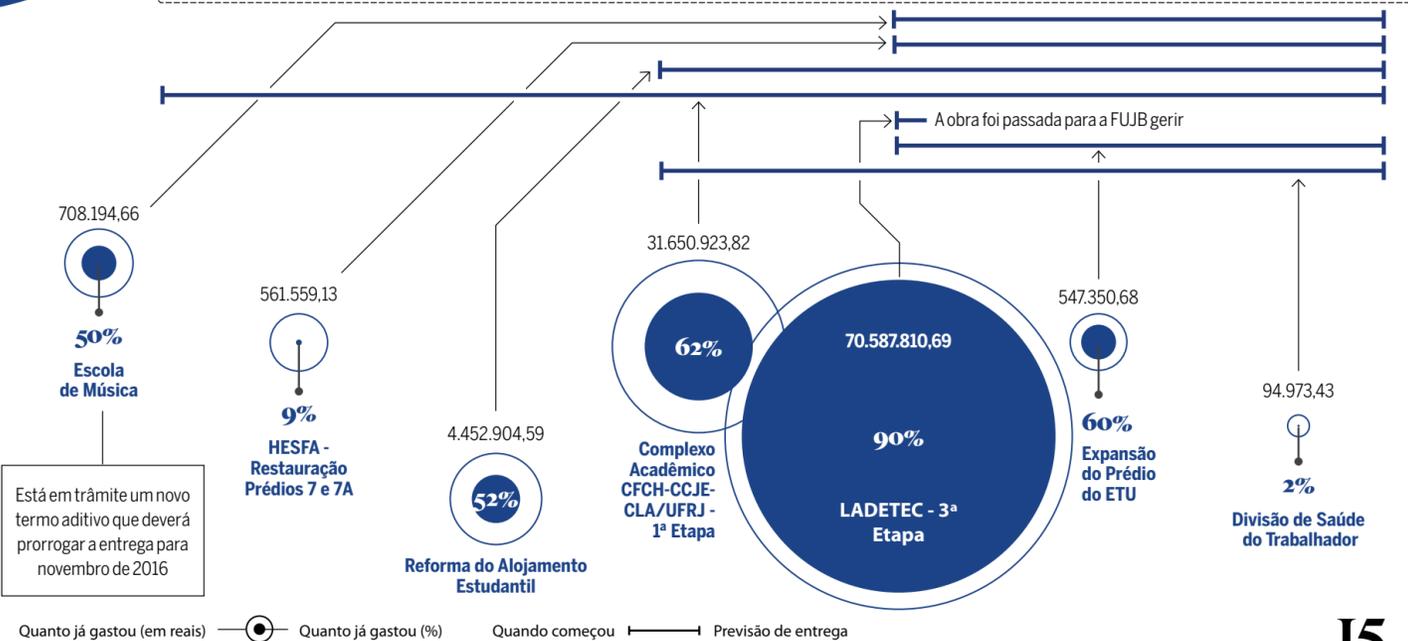
Outro esqueleto que enfeia a paisagem do Fundão é o complexo estudantil do CT/CCMN, esperança de moradia para os alunos de baixa renda da UFRJ. Foi iniciado em março de 2011 e está parado desde 2015 por falta de recursos. A falta de dinheiro também afeta a obra da Biblioteca Unificada do CT.

Em menor grau, ocorre o desperdício de recursos: R\$ 130 mil foram gastos para a obra do Polo de Xerém, que será transferido para Santa Cruz da Serra. Outro exemplo é a Divisão de Saúde do Trabalhador, que gastou R\$ 95 mil para realizar o projeto, mas a obra foi suprimida por questões orçamentárias.

Quanto já gastou (em reais) —●— Quanto já gastou (%) Quando começou —|— Quando parou



Ritmo lento: mesmo as obras que seguem em andamento têm prazos muito maiores que os iniciais



Quanto já gastou (em reais) —●— Quanto já gastou (%) Quando começou —|— Previsão de entrega

por Ana Beatriz Magno e Aziz Filho
 >> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

COM A COLABORAÇÃO DAS ESTAGIÁRIAS
 Isadora Vilardo e LÍlian Durães

Não tem segredo. Só há duas maneiras de sair do vermelho: diminuir custos e aumentar receitas. Sobre cortes, as tesourarias da universidade miram os itens de sempre: contas de luz, redução de terceirizados, adiamento de projetos. Já sobre receitas, há um mundo de novidades boas e más. A melhor de todas é que a UFRJ começa a encarar seu riquíssimo patrimônio como fonte de financiamento e prepara um detalhado inventário sobre tudo que recebe. A pior notícia é o resultado desse levantamento.

“Nossos contratos estão caducos. Há empresas privadas que ocupam uma área enorme do campus e não pagam nada ou pagam valores muito defasados”, reclama Ivan Carmo, arquiteto e pró-reitor de Gestão e Governança. “Estamos fazendo uma revisão de todos os contratos. Nossa expectativa é um aumento de 30% da arrecadação”, calcula Carmo, consciente de que esse crescimento depende do difícil casamento entre mais cobrança da reitoria e menos ganância dos inquilinos.

Os aluguéis rendem apenas R\$ 42 milhões anuais para a universidade. O valor poderia ser três vezes maior se grandes empresas, como a Petrobras, que ocupa mais de 308 mil metros quadrados na Cidade Universitária, pagassem o preço de mercado pela área. Hoje a estatal desembolsa somente R\$ 2,32 por cada metro quadrado ocupado, valor quatro vezes menor do que os R\$ 9,20 avaliados pela Bolsa de Imóveis, como o preço médio do metro quadrado no Fundão.

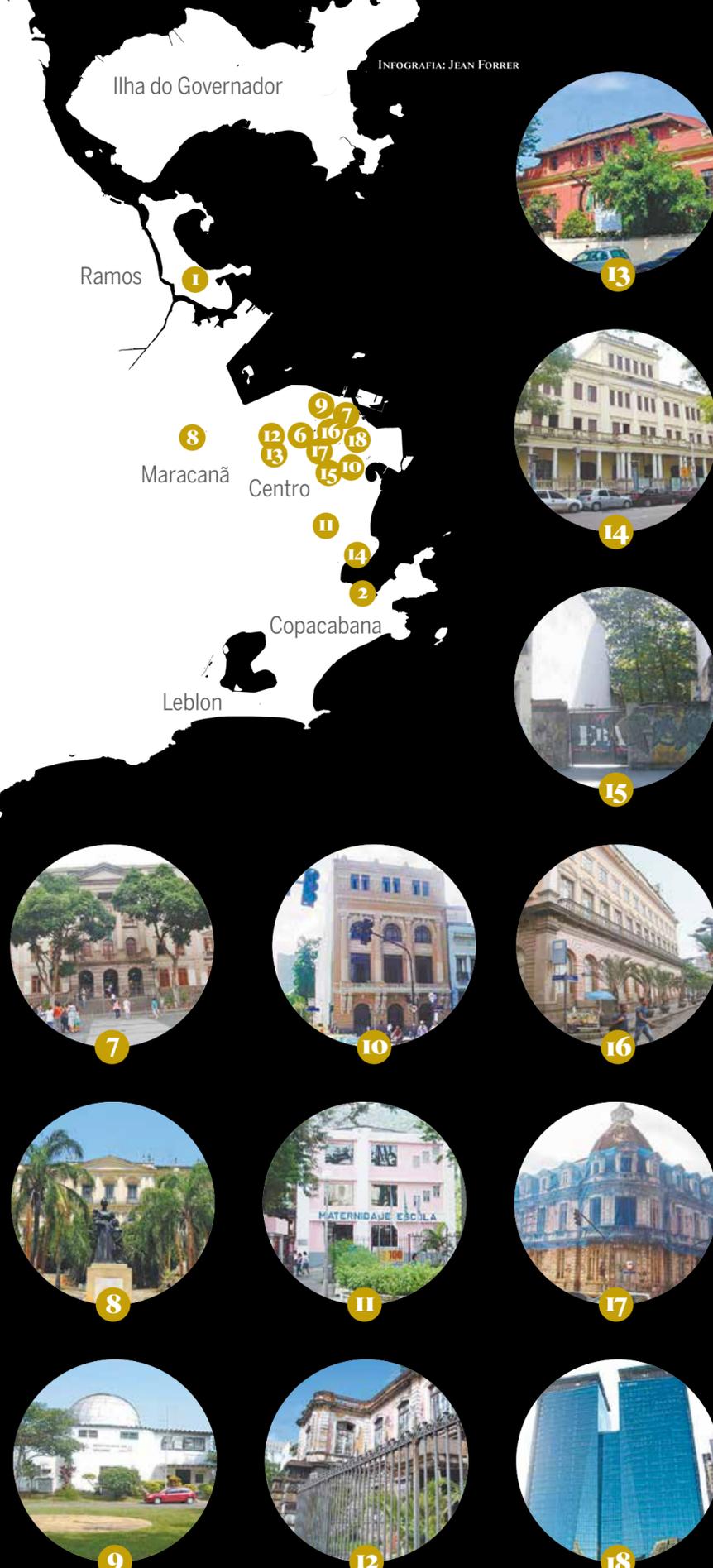
Pior do que pagar pouco é não pagar nada. Levantamento realizado pela equipe de reportagem da **Revista da Adufrj** mostra que três instituições localizadas no campus não pagam um centavo pelo espaço ocupado: Bio Rio, Instituto de Energia Nuclear e Centro de Tecnologia Mineral (Cetem).

O caso mais grave é o da Bio Rio, fundação privada sem qualquer vínculo com a universidade e investigada pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro. Ela ocupa 116 mil metros quadrados no coração da Cidade Universitária, ao lado do Centro de Ciências da Saúde, e não paga um níquel pelo espaço. “Estamos na Justiça contra isso”, conta Carmo. A Bio Rio não respondeu às solicitações da reportagem.

DOSSIÊ ORÇAMENTO

Universidade arrecada R\$ 42 milhões com aluguéis. Montante poderia triplicar. Empresas instaladas no campus pagam valores muito abaixo dos de mercado. Instituições públicas e privadas ocupam áreas enormes e não desembolsam um tostão

Coração de mãe



Mapa do patrimônio

- 1 Campus Cidade Universitária
Área: 5.238.337,82 m²
- 2 Campus Praia Vermelha: Av. Pasteur, 250, Urca
Área: 100.976,90 m²
- 3 Campus Macaé: Avenida Aluizio da Silva Gomes, nº 50 - Novo Cavaleiros, Macaé
Área: 63.000 m²
- 4 Polo Xerém: Estrada de Xerém, 27 - Xerém, Duque de Caxias
Área: 38.556,05 m²
- 5 Campus Santa Cruz da Serra: Rodovia Washington Luiz, Duque de Caxias
Área: 120.000 m²
- 6 Faculdade de Direito: Rua Moncorvo Filho, 08 - Centro
Área: 1.569,14 m²
- 7 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS): Largo de São Francisco, s/nº, Centro
Área: 4.117,68 m²
- 8 Museu Nacional: Quinta da Boa Vista, São Cristóvão
Área: 53.276,40 m²
- 9 Observatório do Valongo: Ladeira Pedro Antônio, 49, Saúde
Área: 8.209 m²
- 10 Escola de Música: Rua do Passeio, 98, Centro
Área: 1.796 m²
- 11 Maternidade Escola: Rua das Laranjeiras, 180, Laranjeiras
Área: 4.599,00 m²
- 12 Hospital Escola São Francisco de Assis: Av. Presidente Vargas, 2.863, Centro
Área: 7.531 m²
- 13 Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN): Rua Afonso Cavalcante, 275, Cidade Nova
Área: 1.393 m²
- 14 Colégio Brasileiro de Altos Estudos: Avenida Rui Barbosa, 762, Flamengo (Antiga Casa do Estudante Universitário)
Área: 2.753,90 m²
- 15 Avenida Mém de Sá, 78, Centro (Terreno provisoriamente cedido para a empresa Otis Hotel Ltda.)
Área: 205,72 m²
- 16 Rua Luís de Camões, 68, Centro (Cedido à prefeitura, onde atualmente funciona o Centro Municipal de arte Hélio Oiticica)
Área: 835 m²
- 17 Praça da República, 22, Centro (Cedido ao Iphan por 20 anos, em troca da reforma do prédio)
Área: 831,80 m²
- 18 Av. Chile, s/nº, Centro (Primeiro andar ocupado pela Escola de Música, e demais andares ocupados pelo BNDES)
Área: 8.550 m²
- 19 Reserva Biológica em área denominada "Valsugana Velha" - Santa Tereza, Espírito Santo (Estação Biológica para pesquisas, em uso pelo Museu Nacional e Instituto de Biologia)
Área: 1.560.000 m²
- 20 Km 12 da Rodovia Rio-Santos (404 lotes) - Itaguaí (Terreno sub judice, para reintegração de posse)
Área: 149.869,18 m²
- 21 Rua Macuíba s/nº. - Fazenda Vargem Grande/Jacarepaguá (Terreno sub judice, doado para a UFRJ, porém vendido pela filha do doador)
Área: 10.000 m²
- 22 Rua Danúbio, esquina com a Rua George Washington - Arraial do cabo (Terreno sub judice, para reintegração de posse)
Área: 344 m²

FONTE: PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA



Instituto de Engenharia Nuclear: aluguel de graça com vista para a Baía

Outra instituição que aluga de graça um enorme terreno da UFRJ é o Instituto de Energia Nuclear, IEN, vinculado ao antigo Ministério da Ciência e Tecnologia. São 145 mil metros quadrados debruçados sobre a Baía de Guanabara, numa pequena colina em frente à Ponte do Saber. O órgão argumenta que não paga nada porque o contrato que assinou há mais de três décadas não estabelecia qualquer contrapartida pela cessão da área e que só agora a UFRJ pediu revisão das cláusulas do contrato.

“Até hoje a cessão do terreno na UFRJ foi gratuita em termos, porque sempre teve contrapartida do IEN”, diz Edison Martins Filho, coordenador de Gestão de Projetos do Instituto de Energia Nuclear. Qual a contrapartida? “Os alunos da Engenharia Nuclear e Química usam nossos laboratórios, e o nosso reator nuclear, que é o único do Rio de Janeiro. Algo inclusive que a gente teria que cobrar”, ameaça Martins.

A reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro não cede às provocações, mas avisa que vai rever o contrato com o IEN, e que isso valerá para todos os instalados no campus. “Não vamos resolver todo o déficit da universidade com recursos próprios obtidos através de nosso próprio patrimônio, mas o reajuste de aluguéis já ajuda consideravelmente”, calcula Roberto Gambine, pró-reitor de Planejamento e Finanças. “Temos que adotar valores de mercado. Já estamos em negociação avançada com a Petrobras”, completa.

A maior empresa pública do país aloja no Fundão as novas e futuristas instalações do Cenpes, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da estatal, cuja construção ocupou recentemente o noticiário da Operação Lava Jato. O prédio custou R\$ 1 bilhão, mais do dobro do já enorme orçamento inicial e foi construído por consórcio liderado pela empreiteira OAS. O Ministério Público Federal acusa os executivos do consórcio de lavagem de dinheiro e de corromperem servidores de Petrobras no decorrer da obra.

A Petrobras argumenta que a responsabilidade sobre o preço do aluguel é da universidade. Em nota, a empresa lembra que o primeiro prédio do Cenpes no Campus data de 1963 e que “desde

então, o Centro passou a ter na UFRJ seu principal parceiro na academia brasileira para os temas de pesquisa e desenvolvimento da Petrobras”.

“É no mínimo curioso que essa mesma estatal que não economizou para erguer o Cenpes pague apenas R\$ 2,32 pelo metro quadrado da UFRJ. É quase de graça”, lamenta o professor Carlos Frederico Leão Rocha, ex-diretor do Instituto de Economia e 1º vice-presidente da ADUFRJ. “Infelizmente, a UFRJ nunca conseguiu fazer uma gestão eficiente de seu patrimônio, que é gigantesco e que poderia ser muito melhor aproveitado. Esse é um problema histórico”.

Mudanças e polêmicas à vista

O patrimônio da universidade tem porte de tesouro. São 7,2 milhões de metros quadrados distribuídos em três campi, um pólo avançado e seis unidades acadêmicas isoladas, algumas delas localizadas em relíquias históricas, como a Escola de Música e o Palácio Universitário.

Acordar esse gigante patrimonial e colocá-lo para render recursos financeiros é mexer em comportamentos congelados no tempo. A maior fonte de receitas da universidade vem dos aluguéis de terrenos e instalações.

Há dois tipos de usuários dessas áreas: as grandes empresas como a Petrobras e os pequenos comerciantes – donos de centenas de quiosques com restaurantes, lanchonetes, papelarias e copiadoras.

A UFRJ estima que mais de 300 pequenas empresas estão instaladas no campus e prepara um levantamento detalhado dos ocupantes. O objetivo é rever o contrato de todos os permissionários. Hoje, eles pagam uma pequena taxa, mas não desembolsam nada pela luz nem pela água.

“Tem dono de quiosque que paga aluguel menor do que o que consome da energia elétrica da universidade. É a UFRJ que paga toda a luz e a água dessa turma. Não é justo”, reclama o pró-reitor de Gestão e Governança, Ivan Carmo. “Nós pagamos toda a limpeza, conservação, energia, água, segurança, todas as atividades de um condomínio. Alguns inquilinos ocupam áreas três ou quatro vezes maiores do que as previstas nos contratos, como os quiosques que espalham mesas pelos corredores do Centro de Tecnologia”.

A reclamação do pró-reitor pode soar como boa prática de gestão para o contribuinte e ajudar a aumentar a receita da universidade, mas gera uma tremenda irritação nos comerciantes.

Cenpes: 300 mil metros quadrados com preço de mãe pra filho



FOTOS DE FERNANDO SOUZA

“Vai ficar muito difícil para nós. Isso não causaria nossa saída daqui, mas prejudicaria muito”, reclama Douglas Oliveira, do Dilcinha Açaí, do Centro de Tecnologia. “A gente paga R\$ 860 de aluguel”, completou. Fernando de Jesus, dono da copiadora ATC, tem a mesma opinião. Ele detesta ouvir falar no assunto reajuste e reprova a ideia de pagar para a UFRJ a luz consumida em sua Xerox. “Se eu tiver que pagar para alguém, não é para universidade. É para a Light”, diz.

Hoje, a UFRJ ainda não tem como aferir a energia consumida em cada quiosque e, por isso, banca a luz de todos. “Estamos providenciando uma tecnologia específica para isso”, explica o pró-reitor.

Outra novidade que promete mudar comportamentos, gerar polêmica e reduzir custos é a criação de um sistema de contrapartida dos projetos de pesquisa gerenciados por fundações e dos convênios assinados com governos para garantir que eles tenham condições de custear sua permanência na universidade. Hoje, os projetos são aprovados sem qualquer medida para garantir verbas de manutenção dos equipamentos depois que o objeto do contrato se esgota.

“O supercomputador inaugurado na Coppe consome mais de meio milhão de reais de energia por ano sem previsão orçamentária. O projeto do Ministério do Esporte para a Educação Física tem piscina que consome R\$ 50 mil por mês de gás para ficar aquecida o tempo todo. Depois que o convênio acabar, quem vai pagar por isso?”, preocupa-se Carmo.

Principais empresas que ocupam terrenos da UFRJ

Empresas	Área Ocupada	Aluguel mensal pago	Média de custo do m² pago	Quanto deveria ser pago*
Petrobras	308.000 m²	R\$ 425.735,42	R\$ 2,32	R\$ 1.685.387
Instituto de Energia Nuclear	145.825 m²	Zero	Zero	R\$ 1.341.590
BIO RIO Biotecnologia Industrial e Ambiental	116.000 m²	Zero	Zero	R\$ 1.067.200
Cetem (Centro de tecnologia Mineral)	64.036 m²	Zero	Zero	R\$ 589.131
Embratel	27.000 m²	R\$ 13.529,17	R\$ 0,50	R\$ 248.400
BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento)	17.229,77 m²	R\$ 2.791.895,26	R\$ 162,03	Preço já ajustado

*cálculo feito com base em avaliação encomendada pela reitoria para a Bolsa de Imóveis, que calculou em R\$ 9 o metro quadrado alugado que deveria ser cobrado da Petrobras do Fundão



Bio Rio: fundação investigada pelo Ministério Público não paga nada pelo aluguel do Fundão

Adeus, Praia Vermelha

A preocupação com o uso racional dos espaços e imóveis da UFRJ não é nova. O ex-reitor Aloísio Teixeira, de insuspeita inclinação humanista e militante da autonomia universitária, propôs em 2007 a transferência para o Fundão de unidades acadêmicas espalhadas pela cidade, especialmente as da Praia Vermelha. A ideia era transformar o lugar num instigante centro cultural aos pés do Pão de Açúcar. O espaço renderia recursos para UFRJ, seria administrado em parceria com a iniciativa privada e ainda reduziria os gastos com a caríssima manutenção dos prédios centenários da Praia Vermelha.

O projeto de Aloísio chegou a nortear um dos mais exaustivos e ousados trabalhos realizados na universidade na última década: o Plano Diretor UFRJ-2020. “O Plano pretendeu prover as condições infraestruturais e logísticas que priorizassem a realização das atividades concentradas nos amplos espaços da Cidade Universitária”, resumiu o polêmico ex-reitor no artigo de apresentação no documento de 123 páginas. “Essas mudanças nos aproximarão do futuro”.

Em pouco tempo, a mentalidade vanguardista de Aloísio foi atropelada pelos próprios colegas. O Conselho Universitário decidiu que só haveria mudança se cada unidade concordasse em trocar a vizinhança do Morro da Urca e do Shopping Rio Sul pela do Complexo da Maré. Resultado: até hoje todas as unidades da Praia Vermelha seguem onde estavam.



ELISA MONTEIRO

DOSSIÊ ORÇAMENTO >> RECEITA



MARCO FERNANDES

Cartunista Zivaldo: empolgação com ideia de restaurar seu mural de 192 metros quadrados, esquecido sob uma parede de azulejos

As discussões sobre o futuro do ex-Canecão ganharam efervescência entre 2012 e 2014. Organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura, o ciclo de debates “Você faz cultura” apresentou propostas com mais de 300 assinaturas. Elas serviram de parâmetro para a política de difusão cultural e artística da UFRJ, aprovada no Conselho Universitário em agosto de 2014.

O item que trata da antiga casa de shows afirma o caráter público do espaço e sua destinação à formação artística e cultural com foco na juventude. O documento defende parceria com escolas públicas e secretarias de Cultura. Outro ponto estratégico é a integração com a cidade.

À frente do projeto até a eleição para a Reitoria no fim de 2014, o coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Carlos Vainer, explica que a proposta buscou convergências com o Plano Diretor da universidade. Integrante do Comitê Técnico do plano UFRJ-2020 e Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Vainer compara o projeto ao Centro de Artes da UFF, em Niterói, onde o cinema virou referência da cidade.

Na gestão do reitor Aloísio Teixeira, em 2011, a UFRJ fez duas reuniões com a classe musical. Carlos Vainer recorda a boa recepção à ideia. “A universidade se colocou aberta às propostas, mas deixou claro que mudaria o foco comercial para o público”.

Passada a empolgação com aqueles anos iniciais de retomada do espaço, muito pouco se avançou desde então. Hoje, o ex-Canecão não passa de um escuro depósito de escombros.

O tesouro de Zivaldo

A casa de espetáculos que, por quatro décadas, reuniu a fina flor da cultura nacional, não tratou com o devido respeito artistas e suas obras. Um exemplo está nas paredes. Ali, o antigo inquilino sepultou com cimento e azulejos uma relíquia de 192 metros quadrados pintada pelas mãos do cartunista Zivaldo, em 1967. A obra já está com as cores desbotadas, mas ainda encanta quem olha para a direita do palco. Chama-se A Última Ceia.

A UFRJ tem planos para o mural. Professores da Escola de Belas Artes e do Fórum de Ciência e Cultura criaram em 2015 o Laboratório Público de Restauro, que pretende recuperar o trabalho do artista. A iniciativa seria aberta à visitação pública.

“Quando propusemos a restauração ao Zivaldo, ele ficou apaixonado. Disse que aquele painel mudou sua forma de desenhar. É o projeto da vida dele agora”, conta Vainer.



CLAUDIA FERREIRA

Nenhuma universidade brasileira administra uma casa de shows comerciais, como o ex-Canecão. Reitoria estuda modelo de gestão para devolver à cidade o imóvel, fechado há seis anos

Deu jabuticaba NA UFRJ

por Kelvin Melo e Elisa Monteiro
>> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

Poucos exemplos são tão claros sobre a lentidão gerencial da UFRJ como o do antigo Canecão. Instalado irregularmente em terreno da universidade desde a década de 1960, o imóvel foi reintegrado em 2010 por decisão do Supremo Tribunal Federal. Passados seis anos, nada foi feito para que o espaço gerasse recursos ou oferecesse cultura à população. Ou melhor, quase nada. Entre 29 de julho e 5 de setembro, o movimento OcupaMinC, de oposição ao governo do presidente Michel Temer, limpou o local e realizou shows para centenas de pessoas. Rodas de samba, projeção de documentários, rap, jazz, teatro e espetáculos circense agitaram a antiga casa de espetáculo, no coração de Botafogo. Até Chico Buarque deu canja.

A universidade argumenta que a devolução efetiva do imóvel foi concluída em setembro de 2012. De lá para cá, só a troca do telhado e a retirada de parte do mobiliário foram consumadas. Outro problema: “Imagina fazer licitação para contratar um iluminador”, diz o pró-reitor de Gestão e Governança, Ivan Carmo. “Universidades públicas não administram casas de espetáculos comerciais”. Esse produto exótico só dá na UFRJ, assim como a jabuticaba só existe no Brasil.

A proposta da Reitoria da UFRJ é criar uma arena multiúso para espetáculos e eventos acadêmicos. O Centro Cultural João Nogueira, o velho Imperator, no Méier, é uma referência.

Devolver o espaço cultural à cidade depende de financiamento: “O desafio está em encontrar um formato”, diz Ivan. O pró-reitor cita a Lei Rouanet como possibilidade de conseguir recursos. As empresas poderiam investir em troca de renúncia fiscal.

Contratos administrados por Fundações geram receita para a universidade, aproximam pesquisa e mercado, mas ainda provocam dúvidas na comunidade

Fundações sem mimimi

por Tatiana Lima
>> DA REPORTAGEM DA ADUFRJ

Diante do futuro: visão da plataforma do Mag-Lev Cobra, um dos projetos realizados por meio das fundações



FOTOS DE CLAUDIA FERREIRA

Ilha de excelência: a Coppe é uma das maiores beneficiadas com os contratos entre a Coppetec e as empresas. Ganho para a pesquisa

Fundações não salvam nem arruinam as universidades. Por lei, elas podem apoiar as instituições de ensino superior por meio da gestão de contratos e convênios entre as unidades acadêmicas e empresas privadas ou órgãos do governo. Na prática, elas são a única forma legal de aproximação entre pesquisa e mercado.

Hoje, mesmo se a universidade conseguir patrocínio para um determinado projeto, ela não pode receber nenhum centavo diretamente da empresa. Nem a universidade, nem o pesquisador. A legislação determina que o dinheiro vá para a Conta Única do Tesouro, o que submete os recursos aos humores do governo federal, reduzindo a autonomia da UFRJ na gestão dos valores. As fundações são o único jeito legal de evitar esse trajeto e deixar o dinheiro com a comunidade acadêmica.

O valor de cada contrato é dividido em três partes. Uma fica com o projeto de pesquisa, outra com a fundação e uma terceira vai para a universidade. O percentual da fundação para administração dos contratos varia entre cinco e 10%. A parte da universidade é de 5%, divididos igualmente entre a decania, a reitoria e as unidades acadêmicas envolvidas.

As fundações são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas de União e pela Controladoria Geral da União. Todas precisam ser credenciadas pelo Conselho Universitário. “Existe um mito de que as fundações não têm controle. Mas, é o contrário: há um super controle”, explica o professor Fernando Peregrino, diretor de orçamento e controle da Coppetec.

A UFRJ tem duas Fundações: a José Bonifácio e a Coppetec. Juntas, elas administram cerca de R\$ 350 milhões em contratos. Entre 2011 e 2015, a Coppetec repassou R\$ 6,6 milhões para a universidade, além de um aporte de infraestrutura significativo, traduzido em prédios e instalações erguidas no campus. “Achamos que esse valor poderia ser melhor dividido entre as várias áreas da universidade”, diz a professora Tatiana Roque. A seguir, ela detalha sua visão sobre as Fundações.

Nem tanto ao céu...

por Carlos Frederico Leão Rocha e Tatiana Roque
>> DIRETORES DA ADUFRJ

Só tende a aumentar, nestes tempos de vacas magras, a discussão sobre a possibilidade da obtenção de recursos por vias que não sejam a do financiamento estatal. Projetos e cursos que permitem obtenção de recursos externos já acontecem de diversas maneiras, e há bastante tempo, em nossa universidade. Seja pela realização de cursos lato sensu pagos, agora regulamentados pela PEC 395, seja por convênios com empresas estatais ou privadas, realizados por meio das fundações universitárias, como a FUJB e a COPPETEC.

No momento atual, o debate está polarizado entre duas posições: quem é contra, por princípios, a obtenção de qualquer recurso dessa natureza, acusando de ser um tipo de privatização disfarçada; e quem é a favor de que tudo fique como está, pois, afinal, tratam-se de mecanismos produtivos para alguns setores da universidade, tanto do ponto de vista do ensino quanto do ponto de vista da pesquisa.

Gostaríamos de sugerir, como alternativa, um terceiro ponto de vista. Têm razão os que afirmam que a universidade precisa interagir com a sociedade e com o setor produtivo, o que inclui as empresas, sejam estatais ou privadas. Como nosso sistema produtivo não é totalmente estatal, se quisermos que a universidade se relacione com esse setor, precisamos pensar modos de estabelecer parcerias e convênios com empresas. Enquanto a ciência trata de conhecimento puramente básico, a produção de conhecimento tecnológico requer sistemas de aplicação que se encontram em empresas. Portanto, a interação é desejável. É uma exigência acadêmica que não deve ser restringida. Mas também têm razão, de nosso ponto de vista, aqueles afirmam que esses convênios privilegiam algumas áreas da universidade, ao menos do modo como vêm sendo feitos, em detrimento de outras áreas que estão cada vez mais precarizadas. O exemplo mais recorrente é o da COPPE, considerada por muitos como uma ilha de sucesso e de riqueza em meio a unidades que não possuem o mínimo de recursos para funcionar de modo satisfatório, como é o caso dos cursos de artes, só para dar exemplo de uma área que também precisa bastante de infraestrutura.

Como resolver o impasse? Do ponto de vista de uma associação docente, trata-se de um problema importante, pois um ambiente de divisão entre docentes vindos de áreas distintas é prejudicial para a universidade, especialmente neste momento em que precisamos de união para defendê-la contra ameaças iminentes. Seria um contra-senso, contudo, imaginar que esse impasse possa ser resolvido impedindo-se a COPPE de funcionar, ou outros centros semelhantes, por meio da interdição da atuação das fundações universitárias. A saída parece-nos estar, portanto, na via de uma melhor distribuição interna dos recursos externos e dos meios de obtê-los. Esse caminho poderia, inclusive, reforçar as instâncias para o debate interno em nossa universidade, que são insuficientes. Sem nos atermos à factibilidade jurídica da medida, ao menos por enquanto, poderíamos pensar, por exemplo, na criação de um fundo comum, para o qual contribuiriam com uma percentagem significativa todos os laboratórios e programas que arrecadam verbas externas. O fundo seria destinado a projetos e teria mecanismos de controle e transparência maiores do que têm os atuais overheads, que se perdem na conta única da união.

Após um processo de debate interno, no qual exercitaríamos a solidariedade e o potencial democrático de nosso corpo docente, seria criada uma lista de áreas com prioridade para utilização do fundo, em ordem inversamente proporcional à da possibilidade de obtenção de recursos. Trocando em miúdos, as áreas que possuem menos possibilidade de estabelecer convênios, por sua própria natureza ou por decisão de seus docentes, seriam as mais favorecidas pelos recursos do fundo, de modo a equilibrar internamente a distribuição do dinheiro.

A garantia dos processos de investigação específicos de cada área de atuação dos pesquisadores é o centro da existência da autonomia universitária. Permitir que os seus benefícios sejam usufruídos por todos é a essência de uma universidade que se propõe democrática.

Déficit com um ritmo insuportável

Artigo de professor Titular do Instituto de Economia analisa o desequilíbrio das contas da UFRJ, sinaliza para o impacto no desempenho acadêmico e aponta soluções

por Adilson de Oliveira
>> PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E INTEGRANTE DO CONSELHO DE CURADORES DA UFRJ

Em sua prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), a UFRJ explicitou um orçamento profundamente desequilibrado em 2015. Suas despesas somaram R\$ 539,1 milhões, porém suas receitas somaram apenas R\$ 464,2 milhões. O seu déficit orçamentário tem crescido em ritmo absolutamente insuportável, passando de apenas R\$ 5,3 milhões para R\$ 62,7 milhões em 2014 e para R\$ 121,4 milhões em 2015. Em 2016, a expectativa é que o déficit atinja R\$ 283,3 milhões (42,6% do orçamento). Essa trajetória é obviamente insustentável.

O problema orçamentário tem sua principal origem na política de contingenciamento de recursos adotada pelo governo federal. Essa política obriga a UFRJ a honrar compromissos financeiros de anos passados em decorrência de contingenciamentos com recursos orçamentários do ano corrente. No entanto, é importante reconhecer que esse problema tem sido

agravado pela queda significativa nas receitas próprias da UFRJ e pelo aumento desmesurado de algumas rubricas de custeio, entre as quais se destacam os gastos com energia elétrica, água e esgoto, segurança, limpeza e manutenção dos campi.

Visando mitigar essa situação, a Reitoria criou Câmaras Técnicas de Orçamento, que buscam readequar os níveis de despesas das unidades da UFRJ aos limites orçamentários. Os resultados obtidos por essas Câmaras são promissores, porém ainda largamente insuficientes para a magnitude do déficit orçamentário projetado para 2016. É preciso um esforço coletivo de otimização dos recursos públicos disponíveis.

Por outro lado, a Reitoria também iniciou um programa de revisão de seus diversos contratos de cessões e de permissões para o uso de áreas de sua propriedade. Já foram identificadas muitas situações (defasagem de aluguel, permissionário dispensado de contrapartida etc.) em que esses contratos (alguns nem existem!) estão baseados em valores muito distantes dos praticados no mercado. Não há ainda estimativas do potencial de incremento de receitas com essas revisões, porém a Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6) sugere que ele é bastante significativo.

Essas medidas permitirão atenuar o déficit projetado. No entanto, a Reitoria informa que “a partir de julho de 2016, não teremos mais cota limite de empenho suficiente para fazer frente às despesas dos meses subsequentes, relativas ao apoio

às atividades acadêmicas e administrativas” (Contas Públicas – Orçamento 2015-2017, p.14).

O desempenho acadêmico da UFRJ já vem sentindo os reflexos dessa situação. A taxa de sucesso dos alunos da UFRJ caiu 19,8% entre 2014 e 2015, apesar de o custo por aluno ter aumentado 14,1% e o número de alunos por professor ter diminuído 6,7% nesse mesmo período. É urgente eliminar o absurdo déficit orçamentário da UFRJ para que a deterioração de nossos indicadores de desempenho possa ser revertida. Para tanto, todo o corpo social da UFRJ (professores, servidores e alunos) deve se unir a suas instâncias de governança para assumir papel ativo no processo de superação do nosso déficit orçamentário.

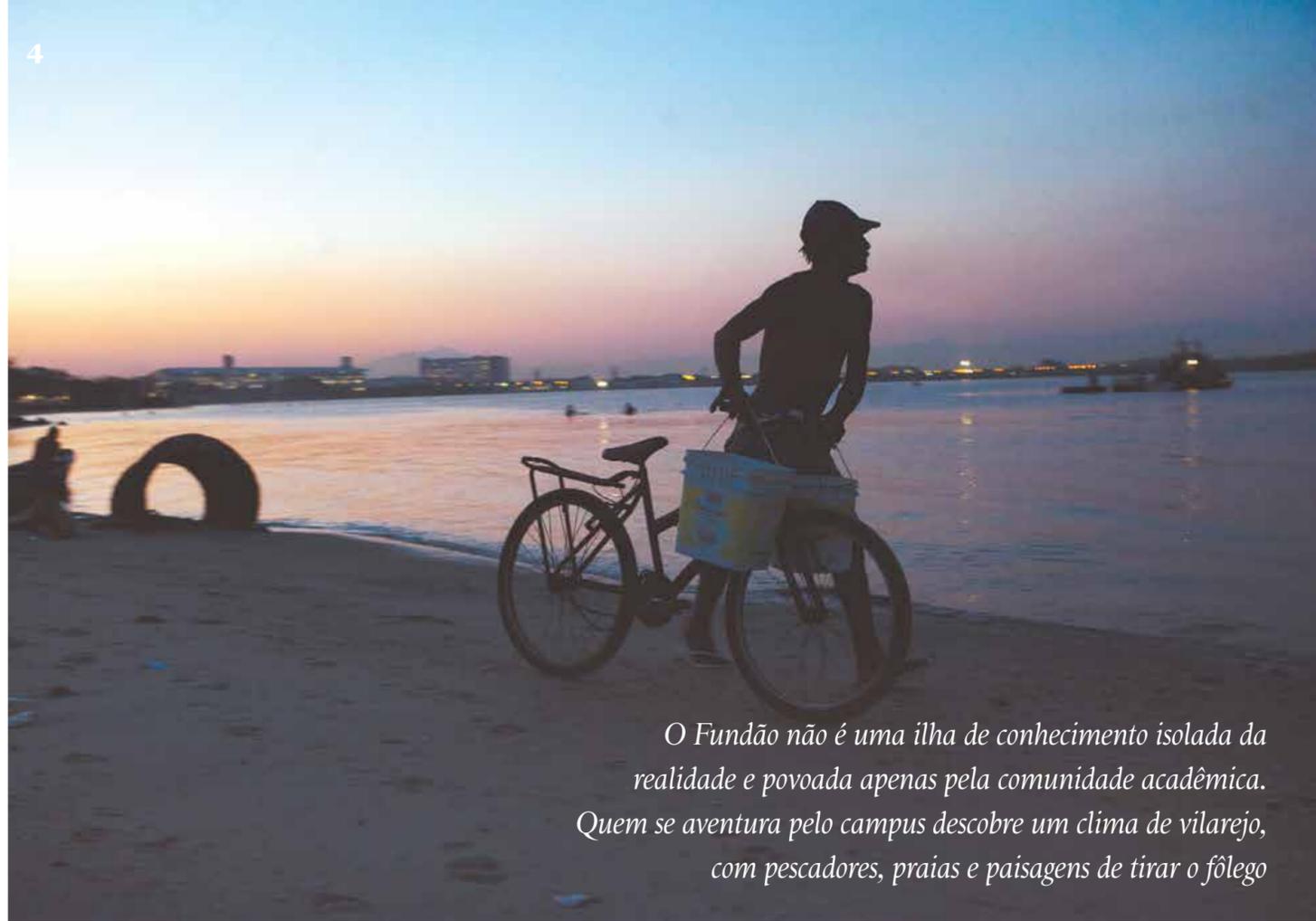
A mobilização do corpo social poderia ser articulada em torno de três comissões designadas pelo Conselho Universitário que seriam coordenadas pela Reitoria. A primeira comissão teria como meta a readequação das despesas previstas no orçamento participativo, com o apoio das Câmaras Técnicas de Orçamento. A segunda comissão teria como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia financeira que permita colocar a serviço de sua vida acadêmica o enorme patrimônio histórico, cultural e tecnológico subutilizado da UFRJ. A terceira comissão, composta pelas lideranças acadêmicas da UFRJ, teria como objetivo central obter do governo federal, com o apoio das instâncias políticas e econômicas do Rio de Janeiro, os recursos necessários para que a UFRJ possa saldar seus compromissos financeiros de anos passados.

Porém, é importante reconhecer que os esforços dessas três comissões serão de pouca utilidade, caso a política de contingenciamento de recursos orçamentários aprovados no Congresso Nacional continue a ser impiedosa e irrefletidamente aplicada pelo governo federal.



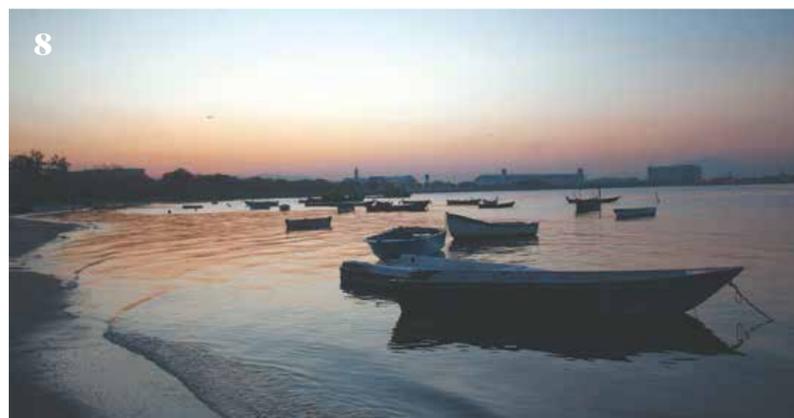
ENSAIO
por Fernando Souza
» FOTJORNALISTA

ILHADOS



O Fundão não é uma ilha de conhecimento isolada da realidade e povoada apenas pela comunidade acadêmica. Quem se aventura pelo campus descobre um clima de vilarejo, com pescadores, praias e paisagens de tirar o fôlego

- 1** Praia do Catalão: reduto de pescadores margeia a costa leste do Fundão e empresta à região um ritmo bucólico
- 2** Pier no Parque Tecnológico: pai e filha se encantam com a beleza do cenário que combina barcos de pesca e grandes navios
- 3** Simplicidade: as mesmas mãos que pescam, vendem os frutos do mar e cuidam das embarcações
- 4** Voltando para casa: bicicletas e barco são os meios de transportes mais comuns nos vilarejos de pescadores que cercam o campus
- 5** Vila Residencial: comunidade de casas simples, passarinhos na varanda e campos de futebol de várzea convivem com os laboratórios 'high-tech' da UFRJ
- 6** Barcos de Madeira: embarcações usadas pelos pescadores do Fundão têm cara de antigamente. São coloridas, pequenas e lembram as velhas canoas
- 7** Liberdade para Voar: garças procuram os peixes que ainda habitam a poluída Baía de Guanabara que cerca o Fundão
- 8** Tarde que Cai: como na canção da Bossa Nova, barquinhos repousam na tarde que cai sob as águas calmas da Guanabara
- 9** Verso e reverso: estaleiro do Caju, vizinho à Vila Residencial, refletido na maré baixa do mangue
- 10** Cotidiano de zelo: moradora da Vila cuida de seu patrimônio



ARTIGO

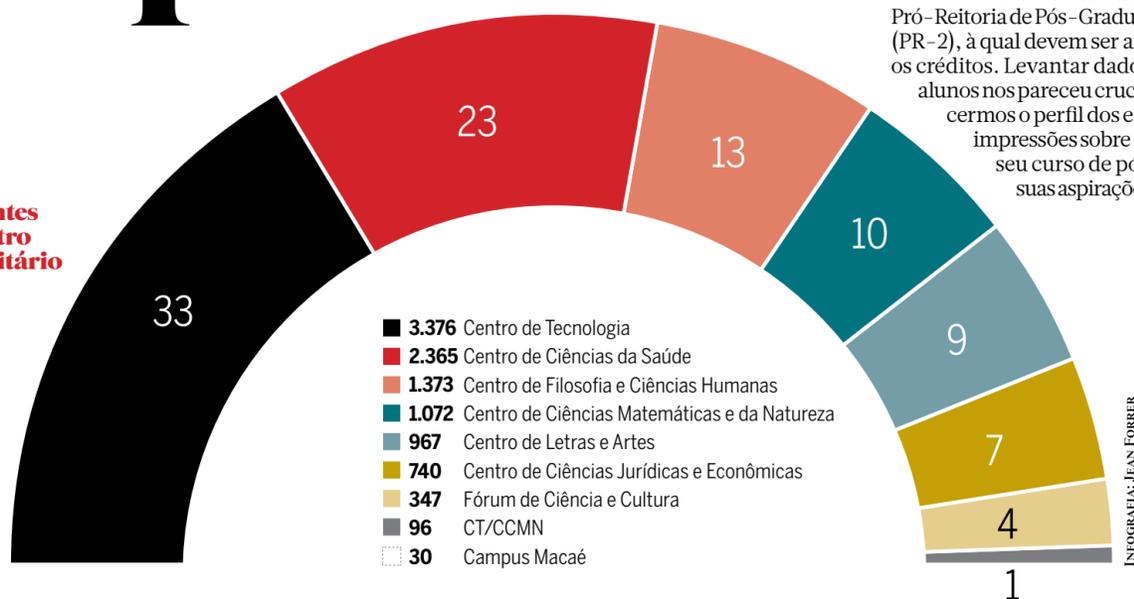
Estudo traça perfil dos mestrandos e doutorandos da UFRJ

Qual a cara da pós

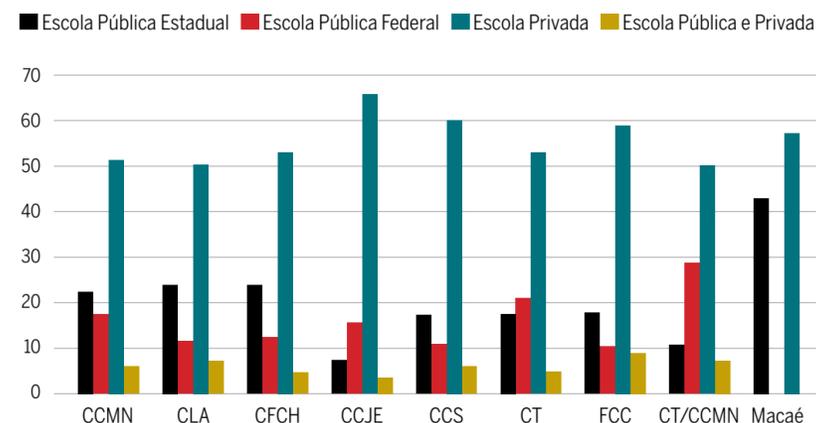
por Debora Foguel
× PROFESSORA TITULAR DO INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA

Se fosse necessário resumir a um único aluno o perfil dos pós-graduandos *stricto sensu* da UFRJ, ele seria natural do Rio de Janeiro, estudaria no Centro de Tecnologia e teria feito o ensino médio em escola particular. Mais interessante: seria o primeiro integrante da família a cursar uma universidade além da graduação. O exercício de imaginação tem como base os resultados de uma pesquisa realizada em 2014. Ela foi conduzida pela equipe da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2), à qual devem ser atribuídos todos os créditos. Levantar dados sobre nossos alunos nos pareceu crucial para conhecermos o perfil dos estudantes, suas impressões sobre a universidade, seu curso de pós-graduação e suas aspirações profissionais.

Estudantes por centro universitário
Em %



Respondentes por rede frequentada no ensino médio e centro universitário (%)



No ano da pesquisa, a instituição contava com 2.596 professores/pesquisadores atuando em 199 cursos – 87 de Doutorado, 94 de Mestrado e 18 de Mestrado Profissional –, que atendiam a um universo de 12.005 estudantes.

Para a realização do estudo, foi elaborado um questionário *online*, composto por vinte e sete perguntas, que ficou disponível em um *link* na página da Pró-Reitoria durante os meses de junho e julho de 2014 (meses da Copa do Mundo). Todos os estudantes foram convidados a participar. De forma satisfatória, responderam 3.001 de um total de 10.366 alunos regularmente matriculados no primeiro semestre de 2014, de 103 dos 107 Programas da instituição, o que indica uma amostra bastante representativa (29% dos alunos).

Resultados obtidos

Em 2014, a pós da UFRJ possuía 5,7% dos alunos cursando o Mestrado Profissional, 43,7% Mestrado Acadêmico e 50,6% Doutorado. De forma geral, podemos dizer que a UFRJ possuía uma relação de um para um entre os estudantes de Mestrado e Doutorado.

Quanto à localização dos estudantes nos campi, identificamos que o Centro de Tecnologia tem o maior número de alunos, cerca de 33% do total, seguido pelo Centro de Ciências da Saúde, com aproximadamente 23%. A Coppe é a unidade com maior número de alunos e responde por quase 25% do total de estudantes de pós da UFRJ. Fato que se explica pelo grande número de programas de pós-graduação vinculados a esta Unidade (13 no total).

A UFRJ conta com 5% de estrangeiros matriculados na pós *stricto sensu* (566 estudantes). Observamos que 71% dos pós-

graduandos estrangeiros são de países da América Latina, 17% da Europa, 1% dos Estados Unidos da América, 5% da África e 6% da Ásia. Conforme esperado, 58% deles estão cursando o Doutorado. O Centro de Tecnologia tem o maior número de estudantes estrangeiros (46%); no entanto, por ser um Centro muito grande, quando se olha para o percentual relativo, a proporção de estrangeiros não é tão grande, representando 7,82% do total de pós-graduandos naquele Centro. A segunda maior fatia dos estudantes estrangeiros da UFRJ está no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, com 18% do total. Os demais Centros possuem percentagens muito parecidas, oscilando entre 7% e 8%. Chamou-nos a atenção a baixa percentagem de estudantes estrangeiros do Centro de Ciências da Saúde, dada a grande quantidade de programas ali existentes e sua alta qualificação.

Cabe ressaltar que a maioria dos estudantes nasceu na região Sudeste (85%), com destaque para o Rio de Janeiro (72%), enquanto 7% são oriundos da região Nordeste, 4% da região Sul, 2% da região Centro-Oeste e 2% da região Norte do país, ou seja, a maioria dos nossos estudantes é ou do estado do Rio ou da região Sudeste. Esse dado indica que estamos recrutando poucos estudantes de outras regiões do país, em especial do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o que nos leva a tecer duas considerações: ou estamos divulgando pouco nossos programas de pós-graduação, ou o enorme crescimento a que assistimos da PG no Brasil nos últimos anos não requer mais um grande movimento dos estudantes na direção dos grandes centros, na maioria localizados na região Sudeste.

Identificamos que 69% dos estudantes afirmam morar em uma estrutura familiar, seja com seus pais ou cônjuges. Cerca de 35% dos estudantes já constituíram família (45% dos estudantes de Doutorado). Ou seja, um pouco mais que um terço dos(as) alunos(as) já se sustenta com sua bolsa de

estudos. Além disso, observamos que 20% dos respondentes possuem filhos. Esses dados nos levam a refletir se o valor das bolsas é compatível com esta realidade social.

Quanto ao ensino médio, vemos que a maioria dos respondentes veio de escolas privadas (55,1%), seguida de escolas públicas estaduais (18,9%) e de escolas públicas federais (14,5%). A menor parcela dos estudantes cursou o ensino médio dividido em escolas públicas e privadas (5,4%).

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas é o Centro com maior proporção de estudantes provenientes de escolas privadas, 65%. No Centro de Ciências da Saúde, Fórum de Ciência e Cultura e campus Macaé, as percentagens de estudantes que fizeram o ensino médio em colégios particulares foram de aproximadamente 60%, 58% e 57%, ao passo que, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Centro de Letras e Artes, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Tecnologia, esses percentuais foram inferiores (51%, 50%, 52% e 52%, respectivamente).

Quando somamos escolas públicas estaduais e federais, o Centro onde esse percentual é maior é o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (40%), seguido pelo Centro de Tecnologia (38%). O Centro de Letras e Artes e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas possuem um percentual em torno de 35% e os demais (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Centro de Ciências da Saúde e Fórum de Ciência e Cultura), abaixo de 30% de estudantes provenientes de escolas públicas.

Conforme mostram os dados levantados, cerca de 30% dos pais e mães dos alunos respondentes só possuem ensino médio; outros cerca de 30% possuem ensino superior e esse percentual cai para aproximadamente 14% no que concerne à pós-graduação. Ou seja, cerca de 86% dos estudantes de PG respondentes são a primeira geração de pós-graduandos de suas famílias, e este dado, provavelmente, reflete o cenário nacional, pelo menos em algumas regiões do país. Uma vez que no questionário não foi perguntado sobre o curso de pós-graduação cursado pelos pais dos respondentes, é possível que a modalidade *lato sensu* possa estar aí embutida.

Cabe ressaltar o Módulo que apresenta a opinião dos estudantes sobre seus cursos, professores, infraestrutura, satisfação, relacionamento com seus orientadores etc. As respostas refletem de forma impressionante a realidade da instituição. Os estudantes expressaram suas críticas e necessidades de forma muito clara e fidedigna.

Vale a leitura do estudo e, em especial desse Módulo, para que a gente possa refletir, com dados e números na mão, sobre a pós-graduação na UFRJ e no Brasil. O estudo completo pode ser encontrado no seguinte link: <https://goo.gl/4kD4NI>.

Ele é um mar em miniatura. O mais importante laboratório de exploração de petróleo da América Latina simula tempestades, furacões e maremotos. Tudo isso logo ali, no Parque Tecnológico do Fundão, e sob a coordenação da Coppe

Oceano de ciência

Navegando no conhecimento: pesquisador usa bote para atravessar o tanque de 40 metros de largura do LabOceano

Imagine um oceano dentro de um laboratório. E a produção de furacões controlados por computador. Impossível? Não para os pesquisadores da Coppe. É da UFRJ o maior tanque de pesquisas oceânicas do mundo. A estrutura, que simula as mais variadas condições climáticas no alto-mar, tem 25 metros de profundidade e precisa de 23 milhões de litros de água para enchê-la. O LabOceano é hoje o mais importante em pesquisas de exploração de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas da América Latina. Inaugurado em 2003, ele foi a primeira instalação construída no Parque Tecnológico, no campus Fundão.

O laboratório pode gerar ondas, em escala, equivalentes a 50 metros de altura e ventos de até 400 km/h em qualquer direção. O LabOceano atende a empresas e atividades de ensino e pesquisa da universidade. Os protótipos e modelos de embarcações e estruturas marítimas são todos desenvolvidos no próprio laboratório, com a ajuda de máquinas controladas por computação eletrônica. A Petrobras chega a utilizar o espaço por 120 dias no ano: a metade da sua capacidade de funcionamento.

Simuladores virtuais de última geração ajudam a projetar a transferência de óleo entre embarcações no mar. “A simulação faz a representação tanto dos fenômenos que podem ser enfrentados, quanto das posições necessárias ao melhor aproveitamento do tempo e menor risco da operação, porque são feitas a partir de dados científicos muito precisos”, explica o professor Carlos Antonio Levi da Conceição, um dos coordenadores do LabOceano e ex-reitor da universidade.

Defensor da cooperação entre universidade e empresas, Levi acha que seria inviável para a universidade financiar sozinha uma empreitada como o LabOceano. “Nosso laboratório é totalmente autossustentável porque prestamos serviços às empresas”, avalia. “Com a estrutura que temos, seria muito difícil para a UFRJ, sozinha, custear a aquisição e manutenção desses equipamentos”.

Levi conta que um dos principais impulsos para a criação de um laboratório com essas características foi poder oferecer ao Brasil estudos e inovações tecnológicas que pudessem atender à exploração do pré-sal. A viabilidade da descoberta acabou comprometida com a baixa nos preços do barril de petróleo, e passou a exigir ainda mais investimentos e estudos para baratear os custos da extração. “Neste cenário, são as inovações tecnológicas que farão a produção ser mais fa-

ilitada. Certamente temos condições de buscar novas soluções para a área. Trabalhamos nisso, mas sem esquecer a segurança que precisa envolver essas atividades”, pondera.

O tamanho dos equipamentos e estruturas necessárias a atividades de exploração de petróleo também tornam importantes os testes prévios para verificar se os projetos funcionam ou se apresentam falhas. “Nenhuma empresa vai construir uma embarcação sem que haja verificação. É preciso saber como se comporta a estrutura flutuante e se ela suporta as variações do mar, que pode ter condições muito tranquilas ou extremamente adversas”, afirma o especialista.

Pensando o futuro

Está em fase final de captação de recursos mais uma etapa de melhorias do LabOceano. Grandes tubulações vão gerar correntezas controladas por computador. Já foram investidos R\$ 12 milhões neste sistema. Faltam, ainda, outros R\$ 10 milhões. “Só existe um tanque na Holanda com esse tipo de instalação. A UFRJ será a segunda no mundo a disponibilizar essa tecnologia para a indústria”, comemora o professor Levi.

Outro ponto alto do laboratório é sua multidisciplinaridade. Embora seja do Programa de Engenharia Oceânica da Coppe, nele atuam trabalhadores, professores e estudantes das pós-graduações em engenharia Civil, Eletrônica, Elétrica e Mecânica. O tanque atende, sobretudo, à pós-graduação.

No caso da Engenharia Elétrica, o projeto atual consiste no desenvolvimento de um robô que opera em profundidades a que um mergulhador não consegue chegar, por conta da pressão marítima. “Em princípio, ele será ligado por um cabo e poderá executar serviços em águas profundas. Há, ainda, pesquisa para desenvolvimento de um veículo autônomo que, a partir de uma programação prévia, pode realizar atividades sem cabo de conexão”.

No balanço das ondas

Desde 2005, pesquisadores da Coppe estudam a transformação da energia das ondas em eletricidade. O Brasil possui uma usina-teste, localizada no Porto de Pecém, no Ceará. Seu projeto foi desenvolvido por pesquisadores ligados ao Laboratório de Tecnologia Submarina (LTS) e testado no LabOceano. Flutuadores ligados a grandes braços mecânicos movimentam-se com

as ondas e marés e bombeiam água por uma tubulação que, ligada a um sistema de pressão, gera um jato d’água com a força equivalente a uma queda de 500 metros. Este conjunto se liga a um gerador que dá origem à eletricidade.

Agora, estão em fase de desenvolvimento novos equipamentos e tecnologias para potencializar a geração de corrente elétrica através das ondas. Está prevista para 2018 a instalação de um protótipo na costa da Ilha Rasa, a 14km da praia de Ipanema. A pesquisa faz parte da tese de doutorado do iraquiano Milad Shadman e orientada pelos professores Segen Stefen e Carlos Levi. Entrará em fase de ensaios no tanque oceânico a partir deste mês.

O doutorando do Programa de Engenharia Oceânica comemora o pioneirismo da UFRJ: “Será o primeiro protótipo do mundo a ser colocado no mar real. Há poucos países estudando esse tipo de geração de energia. Nosso projeto é totalmente nacional”. Juseverck Abreu Lopes Junior, mestrando do programa de Engenharia Oceânica e engenheiro eletricitista, completa: “Estamos conseguindo o que países com capacidade de pesquisa e instalação maiores que a nossa não estão fazendo”.

O pesquisador indica uma das motivações para os estudos. “Os grandes centros de consumo no Brasil estão na costa do nosso país, muito afastados das principais hidrelétricas. Há grandes perdas energéticas nas linhas de transmissão por conta dessa distância. Investir na energia das ondas pode evitar essas perdas”, diz Lopes Junior. Segundo Milad Shadman, cerca de 17% de toda a produção de Itaipu se perde no meio do caminho.

O principal obstáculo a ser superado nos projetos, de acordo com Shadman, é suprir grandes demandas energéticas. “O foco da minha tese é o desenvolvimento de um sistema especial de controle, do tipo *latching* (mecanismo que prende e solta o sistema flutuante conforme a variação do mar), para potencializar a produção dessa energia. Sem isso, temos perdas muito grandes. Este é um desafio mundial”, conta.

Para a instalação do protótipo da Ilha Rasa, serão utilizadas baterias para o armazenamento da produção. “Nosso primeiro objetivo é fazer a captação da energia das ondas funcionar. Então, armazená-la para alimentar as pequenas instalações existentes na ilha. Será nosso laboratório ao ar livre”, observa Lopes Junior.

Outra pesquisa em fase inicial de estudos e cálculos visa ao desenvolvimento de um protótipo para águas profundas. “Este é um sistema *offshore* e pode ser utilizado para abastecer as plataformas de petróleo, inclusive do pré-sal”, afirma Milad Shadman.



Maior do mundo: LabOceano funciona no Parque Tecnológico da UFRJ. Atende especialmente ao setor petrolífero e à pós-graduação

TATIANA LIMA

Para saber mais...

Custo A instalação do LabOceano custou R\$ 16 milhões. Quase todos os recursos advindos dos royalties do petróleo (R\$ 15 milhões). O restante foi conseguido por meio de convênio com a Faperj.

Dimensões O tanque tem 15 metros de profundidade e 25 metros no poço central, o que corresponde a um prédio de oito andares. Tem 40 metros de comprimento e 30 de largura. As ondas e ventos são simulados em duas escalas reduzidas: 1:50 e 1:100.

Ondas Os geradores de onda, também chamados de batedores, são controlados por computador. Consiste em um grupo de 75 segmentos, que podem ser movimentados individualmente, permitindo a simulação de diversos tipos de ondas.

Ventos Ventiladores instalados junto ao espelho d’água submetem os modelos de embarcações a ventos de 12 metros por segundo, em qualquer direção, equivalentes a furacões de 50 quilômetros por hora. O monitoramento também é feito por computador.

Correntezas Seis grandes bombas hidráulicas serão instaladas para a geração das correntezas. Elas poderão funcionar em conjunto ou individualmente, para produzir os mais variados tipos de correntes marítimas no interior do tanque.

Simuladores Equipamentos de última geração simulam o comportamento do petróleo e gás liquefeito nas embarcações. “É fundamental sabermos como se comportam esses materiais para calcularmos o quão espessa deve ser a parede da embarcação e que características ela precisa ter para atenuar determinados efeitos”, explica Levi.



Tecnologia: principal atração do tanque oceânico é o batedor de ondas controlado por computador

TATIANA LIMA



SILVANA SÁ

“

Nosso laboratório é totalmente autossustentável. Com a estrutura que temos, seria muito difícil para a UFRJ custear a aquisição e manutenção desses equipamentos”

CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO,
COORDENADOR-ADJUNTO DO LABOCEANO

Campo de testes da Petrobras

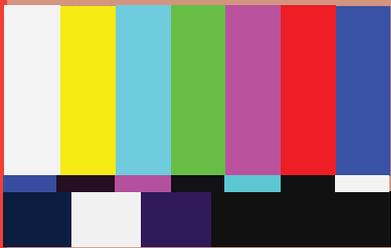
A Petrobras é a maior contratante do LabOceano. São mais de 70 ensaios realizados pela petrolífera e mais de dois mil projetos em parceria entre a empresa e o laboratório. A maior parte dos testes se refere à exploração do pré-sal, segundo Daniel Carvalho, atual responsável do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) pelos contratos de utilização do tanque. Em junho, a empresa divulgou ter alcançado a marca de um milhão de barris do óleo por dia, o que corresponde a 40% de toda a produção da empresa. “Temos buscado constantemente aumentar a competitividade do pré-sal”, diz.

A exploração de novos campos deve levar em consideração o fato de serem mais afastados da costa, com condições de ondas mais severas, estarem a profundidades superiores a cinco mil metros e abaixo de uma camada de sal bastante sensível. A estimativa é que haja volume entre a costa do Rio de Janeiro São Paulo equivalente a 80 bilhões de barris de óleo e gás.

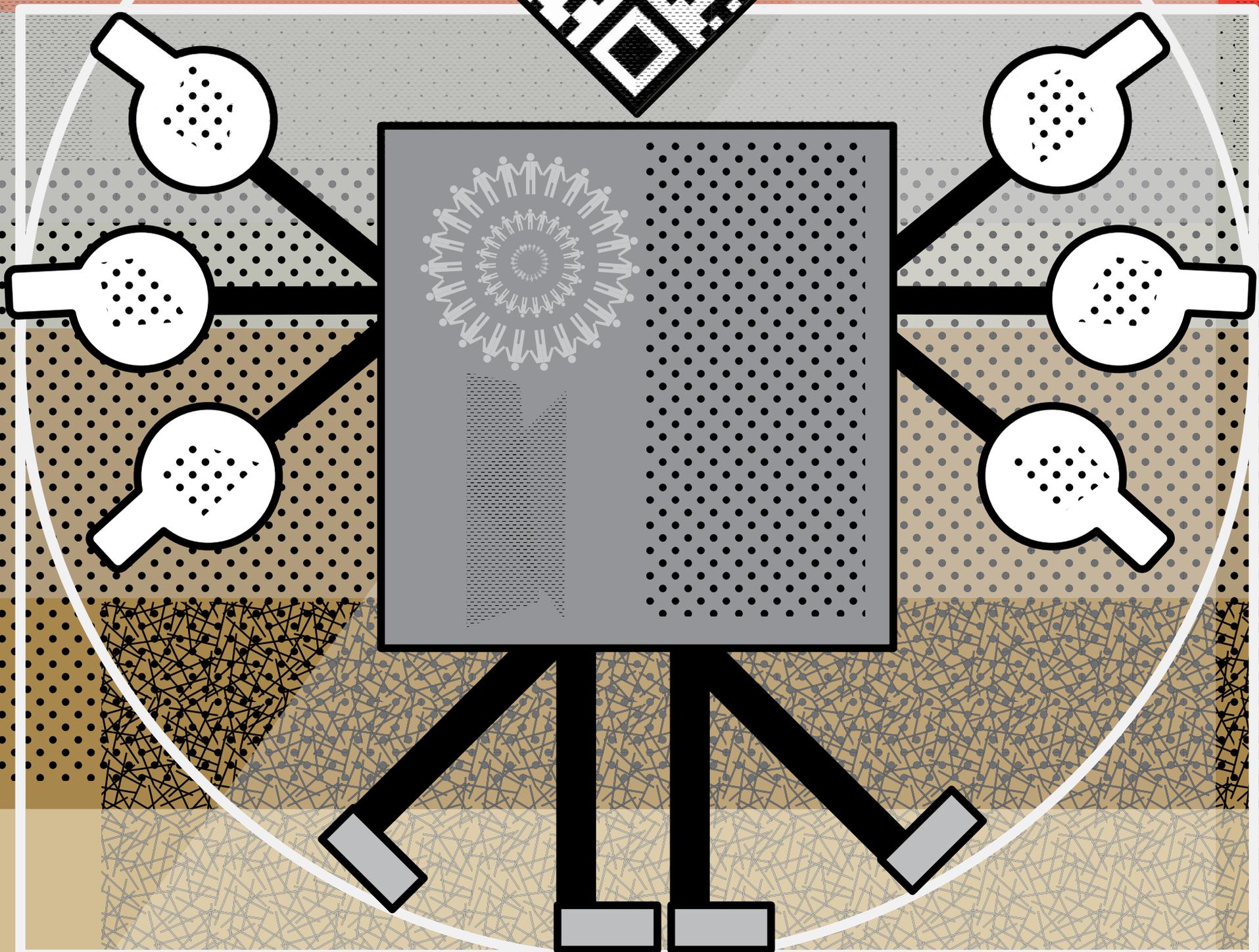
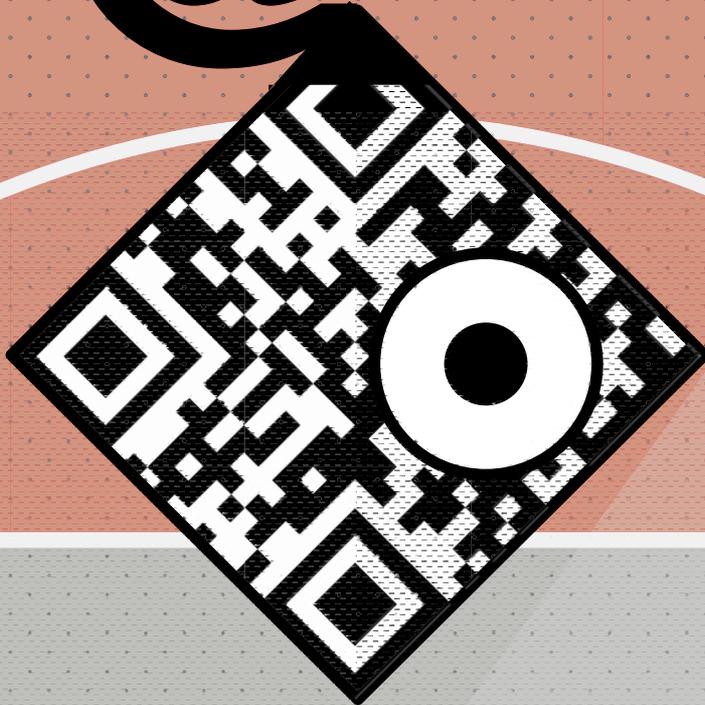
Carvalho conta que todas as pesquisas da empresa têm três vertentes importantes: a maximização da produção, a redução dos custos e o aumento da segurança nas operações. “Para isso, precisamos realizar os testes nas instalações do LabOceano. Há situações que podemos antecipar com cálculos; outras, pelo acúmulo da nossa experiência. Mas há fenômenos que podem ocorrer e que não estão nas previsões. Por isso são tão importantes todos os ensaios, sobretudo quando se trata de novos equipamentos ou da exploração de novas áreas, como no caso dos campos de pré-sal”, explica.

A proximidade entre o Laboratório de Tecnologia Oceânica da Coppe e o Cenpes, também situado no Fundão, ajuda no acompanhamento dos testes e processos. “Lá fazemos nossos experimentos sobre todas as instalações marítimas que temos, inclusive dutos. A vivência do laboratório agrega bastante ao trabalho do pesquisador da área de engenharia oceânica”, conta.

Antes de existir o LabOceano, a Petrobras realizava seus testes no exterior. “Era frequente termos que lançar mão de ensaios principalmente na Holanda e na Noruega. Com a infraestrutura do laboratório, há significativa redução dos custos, especialmente em tempos de câmbio desfavorável”, declara. A empresa preferiu não informar os números.



@



www.adufrj.org.br

UM JEITO DIFERENTE DE FAZER SINDICALISMO

